UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Dissertação de Mestrado

Um Retrato Da Sub-Representação Política No Rio Grande Do Sul (2016-2020):

uma análise obre o desempenho de mulheres negras nas eleições municipais

Édna Alice Duarte Da Rocha

Pelotas
2023

ÉDNA ALICE DUARTE DA ROCHA

Um Retrato Da Sub-Representação Política No RioGrande Do Sul (2016-2020): uma análise sobre o desempenho de mulheres negras nas eleições municipais

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Rosangela Marione Schulz

Pelotas, 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R111 Rocha, Édna Alice Duarte da

Um retrato da sub-representação política no Rio Grande do Sul (2016-2020) : uma análise sobre o desempenho de mulheres negras nas eleições municipais / Édna Alice Duarte da Rocha ; Rosangela Marione Schulz, orientadora. — Pelotas, 2023.

91 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Eleições municipais. 2. Mulheres negras. 3. Vereadoras. 4. Sub-representação política. I. Schulz, Rosangela Marione, orient. II. Título.

CDD : 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Édna Alice Duarte da Rocha

Um Retrato Da Sub-Representação Política No RioGrande Do Sul (2016-2020): Uma Análise Sobre O Desempenho De Mulheres Negras Nas Eleições Municipais

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 23/05/2023

Banca examinadora:

Profa. Dra Rosangela Marione Schulz (Orientadora)
Doutora em Ciência Política. pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Profa. Dra Luciana Maria de Aragão Ballestrin
Doutora em Ciência Política, pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Profa. Dra Simone da Silva Ribeiro Gomes
Doutora em Sociologia, pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Dedico esse trabalho aos meus avós, Hércio Lima, Enilda dos Santos, Ana Julia Coutinho e Ulisses Duarte (*in memoriam*) – os quais plantaram as sementes cujos frutos eu colho agora.

AGRADECIMENTOS

Agradecer! Palavra tão importante que as definições que constam nos dicionários não são capazes de dar conta. Ainda assim, escreverei o que meu coração sente nesse momento.

Inicialmente, aos meus mais velhos, Dindinha e Padrinho Darci, agradeço pelas bençãos e pelo cuidado que me formou como pessoa! Amo vocês!

Aos meus pais, Maria Beatriz e João Antônio, obrigada pelos ensinamentos que me passaram. É uma honra ser filha de vocês! Às irmãs, Eliana e Dora, obrigada por serem minhas amigas, incentivadoras e por nos orgulharem.Amo forte!

Júlio, compa da vida, obrigada pelo afeto, por ser exatamente como és e por acreditar na minha capacidade - às vezes mais do que eu mesma! Amo-te.

À orientadora desse trabalho, profa. Rosangela Schulz: obrigada pelo suporte, pelas prosas e pela paciência absurda nesse percurso tão árduo.

Gabriella Kyrillos, obrigada pelas tuas palavras de incentivo, pois foram fundamentais para que eu enxergasse além e aqui chegasse.

Rosana Gomes, obrigada pelo carinho e pelas prosas sobre tudo! Não meesqueço que tu também dissesses que eu deveria retornar ao espaço acadêmico.

À Omobinrim Okun, irmã que chegou em meio ao contexto acadêmico: não consigo descrever aqui o que tua presença acrescentou na minha vida! Obrigada!

Andressa Mourão D arte, amiga de longa data, tu é uma pessoa fundamental para mim. Tu me inspiras pelos valores e pela intelectualidade. Abraço e agradeço.

À Tatiele, pelas trocas importantes que tivemos durante o curso.

À CAPES, pelo financiamento da bolsa, sem a qual seria não seria possível realizar esse mestrado.

Às gerações de corajosos militantes que lutaram pelas ações afirmativas nas universidades públicas, agradeço e tenho orgulho de ser uma das pessoas beneficiadas por esse direito.

“Os sonhos não envelhecem”. (Milton Nascimento, Marcio Borges, Lô Borges)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1 –RAÇA, GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: TEORIAS E PRÁTICAS POLÍTICAS 23

1.1.Gênero e representação: o questionamento das relações de poder 23

1.2 Raça e representação: breve revisão de literatura 26

1.3 Mulheres negras e participação política: enfrentamento às desigualdades e construção da democracia 30

1.4 Pensamento e ação das mulheres negras: Lélia Gonzalez e Luiza Bairros, duas intérpretes do Brasil 32

1.5 Da marcha de mulheres negras às sementes de Marielle: as demandas por representação política 36

CAPÍTULO 2 42

CONDIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL E AS ELEIÇÕES DE 2016 42

2.1 Contextualizando o Rio Grande do Sul: "Povo que não tem virtude acaba por escravizar!" 42

2.2 2016: contextualização do cenário político e eleições 46

2.3 Raça e gênero das candidaturas no Brasil e no Rio Grande do Sul 48

2.4. Cor gênero e poder: o perfil dos eleitos em 2016 50

CAPÍTULO 3 57

3.1 2020: uma eleição sui generis 57

3.2. Eleições municipais de 2020: gênero e cor das eleitas 62

3.3. Problematizando os resultados: mulheres negras radicalizando a política 71

CONCLUSÃO 82

RESUMO

ROCHA, Édna Alice Duarte da. **Um retrato da sub-representação política no rio Grande do Sul (2016-2020):** uma análise sobre o desempenho de mulheres negras nas eleições municipais. Orientadora: Rosangela Marione Schulz. 2023. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Essa dissertação é o resultado de pesquisa que problematiza a sub-representação política das mulheres negras, com enfoque para o Rio Grande do Sul.A metodologia empregada para a análise foi de cunho qualitativo, com estudo de caso focado na comparação entre os pleitos de 2016 e 2020 . Desse modo, a partir dos resultados de cada pleito, traçamos o perfil socioeconômico das eleitas; identificamos os partidos políticos de origem das candidaturas e investigamos o acesso ao financiamento de campanha, o que nos permitiu analisar o desempenho obtido pelas candidatas negras. Os dados foram coletados em sites oficiais, como o repositório eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral, além de sites não-governamentais e redes sociais de candidatas. Com base nas teorias que tratam da sub-representação política de mulheres e negros, realizamos a problematização dos dados coletados. Concluímos que embora a representação de mulheres negras seja baixa, em razão da combinação dos desafios que afastam mulheres e negros da política, há possibilidades de transformação social, a partir da prática política de eleitas que tensionam o espaço político.

Palavras-chave: Eleições Municipais. Mulheres negras. Vereadoras. Sub-representação Política.

ABSTRACT

ROCHA, Édna Alice Duarte da. **Um retrato da sub-representação política no rio grande do sul (2016-2020):** uma análise sobre o desempenho de mulheres negras nas eleições municipais. Orientadora: Rosangela Marione Schulz. 2023. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

This dissertation is the result of research that problematizes the political underrepresentation of black women, focusing on Rio Grande do Sul, from the 2016 and 2020 elections. Thus, based on the results of each election, we traced the socioeconomic profile of the elected women, identified the political parties of origin of the candidates, and investigated the access to campaign financing, which allowed us to analyze the performance obtained by black women candidates. The data was collected from official websites, such as the electoral repository of the Superior Electoral Court and the Regional Electoral Court, as well as from non-governmental websites and social networks of female candidates. Based on the theories that deal with the political (under)representation of women and blacks, we problematize the data collected. We conclude that although the representation of black women is low, due to a combination of the challenges that keep women and blacks out of politics, there are possibilities for social transformation, based on the political practice of elected women that tension the political space.

Keywords: municipal elections, black women, councilwomen, political under-representation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Marcha das Mulheres Negras (2015)
Figura 2. Site Mulheres Negras Decidem
Figura 3. Parlamentares no dia da votação pelo impeachment de Dilma Rousseff
Figura 4. Cartaz da Campanha Dá de Comer
Figura 5. Karen Morais dos Santos
Figura 6. Bruna Liege da Silva Rodrigues
Figura 7.Daiana Silva dos Santos
Figura 8. Laura Soares Sito
Figura 9. Denise da Silva Pessôa
Figura 10.Estela Balardin da Silva
Figura 11. Capa do Documento Por que votar em mulheres negras

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Vítimas de feminicídio por raça e cor - 2021

Gráfico 2. Taxa de registros de racismo

Gráfico 3. Candidaturas por raça e gênero (2016) - RS

Gráfico 4. Distribuição de candidaturas eleitas por gênero e raça - eleições municipais 2020 - Rio Grande do Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Candidaturas Por Gênero (Brasil)
Quadro 2. Autodeclaração Por Raça/Cor (Brasil)
Quadro 3. Candidaturas Por Gênero (Rio Grande Do Sul)
Quadro 4. Autodeclaração Por Raça/ Cor Independentemente Do Gênero 2016 (Rs)
Quadro 5. Candidaturas Por Raça E Gênero 2016 (Rs)
Quadro 6. Perfil Social Das Eleitas (2016)
Quadro 7. Financiamento De Campanha E Quantidade De Votos(2016)
Quadro 8. Distribuição De Candidaturas Por Gênero - EleiçõesMunicipais 2020 - Brasil
Quadro 9. Distribuição De Candidaturas Por Autodeclaração DeRaça/Cor - Eleições Municipais 2020 - Brasil
Quadro 10. Distribuição De Candidaturas Por Gênero - EleiçõesMunicipais 2020 - Rio Grande Do Sul
Quadro 11. Distribuição De Candidaturas Por Autodeclaração De Raça/Cor Independente De Gênero - Eleições Municipais 2020 - Rio Grande Do Sul
Quadro 12. Perfil Social Das Vereadoras Eleitas - EleiçõesMunicipais 2020 - Rio Grande Do Sul
Quadro 13. Financiamento De Campanha E Quantidade De Votos (2020)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPOCS - Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Trans, Queer, Intersexo e demais denominações que abrangem orientação sexual, identidade e expressões de gênero

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MNU - Movimento Negro Unificado

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP- Partido Progressista/Progressistas

PPS - Partido Popular Socialista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileiro

PSL - Partido Social Liberal

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SEPPIR - Promoção da Igualdade Racial

SOLIDARIEDADE - Solidariedade

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UAMPA - União das Associações de Moradores de Porto Alegre

UBES - União Brasileira de Secundaristas

UJS - União da Juventude Socialista

INTRODUÇÃO

no papel
redijo meu pretuguês
linha após linha
feito costura
e se alguém perguntar
qual é a linha
me encaixo nos
estudos poéticos e
vingativos
Ofício, de Fernanda Bastos

A presente dissertação visa problematizar a sub-representação de mulheres negras no Rio Grande do Sul, de modo que para ilustrar essa discussão, realizamos um estudo de caso a respeito das candidaturas de mulheres negras que concorreram ao cargo de vereadora nas eleições municipais de 2016, em comparação com as eleições de 2020, pois que permitem comparar os efeitos gerados nesses dois pleitos. Nos deteremos mais nesta última eleição porque está relacionada ao fato de que ocorreu em um momento bastante distinto da história, em razão da crise sanitária e também por ter sido a primeira eleição municipal a adotar a distribuição de cota do fundo partidária para as candidaturas negras.

A análise do fenômeno da sub-representação de mulheres negras vem acompanhada do entendimento de que a atuação desse grupo social é importante para a ampliação da democracia no país. Nesse sentido, as demandas por políticas públicas sociais na área da saúde, da moradia, da educação são pautas históricas levantadas pelos movimentos sociais liderados por mulheres negras, seja nos quilombos, nas periferias ou nas favelas. No contexto da redemocratização do Brasil[1], a sua atuação foi importante para que aquelas reivindicações pudessem ser incorporadas no texto constitucional, tais como a criminalização do racismo, o direito à propriedade definitiva das terras de remanescentes de quilombos e o ensino da história da África e cultura afro-

[1] Depoimentos de ativistas e intelectuais negros brasileiros no período da redemocratização consta em: https://youtu.be/UHCQpM2IK14

brasileira (SANTOS, 2015; RIOS, 2012, GARRIDO, 2018). Ativistas e intelectuais importantes da luta pelos direitos da população negra brasileira como Luiza Bairros, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro foram atuantes naquele processo.

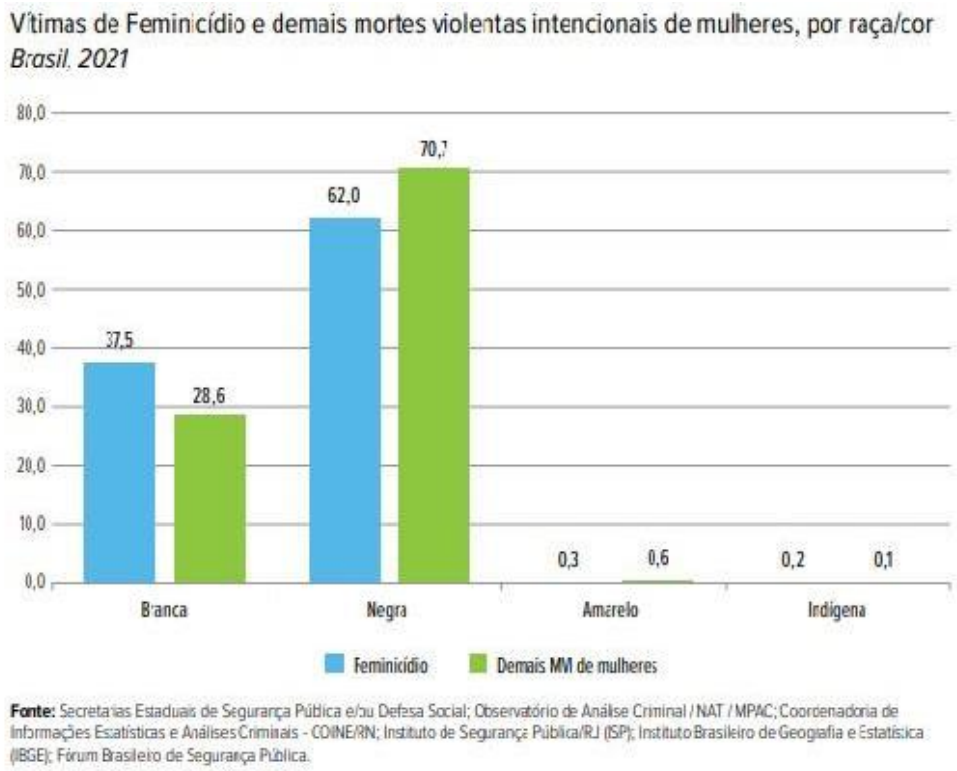
Os direitos conquistados no período da democratização constituem marcos importantes da luta das mulheres negras brasileiras, uma vez que além de exporem a ação do Estado no que se refere à manutenção do racismo, através das diferentes estruturas (ALMEIDA,2018) também apresentam possibilidades de garantir a existência da população negra e dos demais grupos sociais que constituem a população brasileira. Nesse sentido, tomamos emprestada a abordagem de Gomes (2018), que trata do caráter pedagógico do movimento negro: a ação das mulheres negras educa e democratiza a sociedade, pois que se ancora na luta por um país radicalmente democrático e promotor da justiça social.

Nesse sentido, ações afirmativas tais como a Lei 12.711, a denominada Lei de Cotas, sancionada em 2012, em cenário marcado por controvérsias e disputas de narrativas (CAMPOS, 2013) ocorreram em um contexto em que, a despeito das limitações, igualdade racial era contemplada pela do ideário da democracia liberal, dentro da agenda progressista que vigia à época. É evidente que a aprovação de leis por si só não significa ausência de violência dirigida a essa parcela da população.

É evidente que a aprovação de leis por si só não significa ausência de violência dirigida a essa parcela da população. Inclusive, quando olhamos para as violências sob o prisma de raça e gênero, os dados nos revelam que as mulheres negras estão entre as maiores vítimas de feminicídio e de violentas intencionais[2] (gráfico 1).

[2] Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021 Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf

Gráfico 1- Vítimas de feminicídio por raça e cor - 2021



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados acima expostos nos revelam que as mulheres negras estão submetidas a uma sociedade que lhes violenta cotidianamente, seja pelo racismo ou pelo sexismo (GONZALEZ,1982; HASENBALG, 2005; WERNECK, 2016). São também as que choram pelos filhos que são exterminados pelo projeto de genocídio engendrado pelo Estado brasileiro (NASCIMENTO, 2017) e compõem parte da população que é considerada como não ser, nas palavras de Carneiro (2005). Em resposta a isso, elas reagem a partir do ativismo que realizam nas esferas nacional e internacional, seja a partir da atuação em movimentos populares, seja através de mandatos parlamentares e por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs).

Esse ativismo adentra ainda mais a cena pública a partir do feminicídio político de Marielle Franco (SOUZA, 2020), ocorrido em 2018 e que culminou em uma série de protestos Brasil afora. De acordo com Rodrigues; Abreu (2019), o acontecimento brutal também gerou o que os referidos autores denominam “efeito Marielle”, pois que naquela eleição, se tornou mais forte a demanda por representação política por parte de mulheres negras, liderada por diversos grupos de mulheres negras, inclusive aqueles que compõem

plataformas que estimulam a participação política das mulheres negras e que produzem pesquisas e estudos relativas à condição desse segmento.

A visibilidade em torno desta reivindicação no período mencionado, por parte de feministas negras também se relaciona às condições de vida das mulheres negras brasileiras, marcada por iniquidades que as colocam como o segmento que ocupa a base da pirâmide social[3]. Sendo assim, o primeiro documento lido para a realização deste trabalho foi o *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, produzido em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), num período que o Brasil vivia sob os avanços a agenda de governos progressistas, em que havia órgãos governamentais importantes tais como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ambas com status de ministério, fundamentais na promoção de uma sociedade com igualdade racial e de gênero.

Os dados levantados e analisados no referido documento concluem que as mulheres negras estão em desvantagem social no país. Já no que se refere a participação no mercado de trabalho, estão nos serviços de mais baixa remuneração - como o trabalho doméstico, por exemplo -, de maneira que quando tem a situação comparada com os rendimentos de homens e mulheres brancos homens negros, são o segmento social com os rendimentos menores.

O *Mapa da violência de 2015*: *homicídios de mulheres no Brasil,* uma das séries de estudos realizados pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) apontou as principais violências sofridas pelas mulheres no Brasil, com recorte de raça e gênero. No que se refere aos homicídios, o estudo em questão apontou que no período de 10 o número de homicídios de mulheres negras aumentou 54%, enquanto que o de mulheres brancas caiu 9,8%.

Aliás, a partir de 2018, tivemos expressivas candidaturas e eleição de parlamentares negras declaradamente feministas, as quais antagonizam com o projeto político do grupo de extrema direita que venceu as eleições presidenciais de 2018 (FESPSP, 2018; NICOLAU, 2020).

---

[3] Dados Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponíveis em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/consciencianegra.pdf

Como disse a filósofa Angela Davis (2017): *"quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela"*[4], ou seja, compreendemos que é pelas mãos e pelo pensamento das mulheres negras que os sentidos da política e da sociedade são disputados. Afirmamos aqui que os movimentos engendrados por elas nos últimos anos representam novas formas de fazer política, pois inserem outras práticas nos espaços da política institucional (RODRIGUES; ABREU, 2018), a qual é bastante hostil à presença de grupos subalternizados.

A Ciência Política é uma disciplina que integra a área das ciências humanas, porém as pesquisas que utilizam a dimensão racial e de gênero como elementos centrais na compreensão das desigualdades presentes na sociedade brasileira são ainda incipientes, ainda que a realidade social deixe explícita as péssimas condições a que negras e negros estão submetidos (IBGE, 2019). Nas palavras da filósofa e ativista Sueli Carneiro, *"raça estrutura classe no Brasil"* (2017, p.15) portanto, deve ter sua relevância considerada nas análises que pretendem compreender as relações de poder e dominação vigentes na sociedade brasileira. É com esse intuito que construímos essa dissertação, a qual tem como proposta problematizar a (sub)representação de mulheres negras no estado do Rio Grande do Sul, com destaque a partir dos trabalhos oriundos das teorias formuladas por intelectuais negras**.**

É a partir da leitura desse contexto estruturado pela desigualdade que escrevemos esta dissertação, a qual tem por objetivo investigar a (sub)representação de mulheres negras no estado do Rio Grande do Sul, com análise que se ancora a partir da teoria social crítica formulada pelo denominado pensamento feminista negro (COLLINS, 2016; 2019). Assim, partimos do entendimento que a percepção acerca dos obstáculos que afastam as mulheres negras dos espaços de poder já estava presente no debate das gerações anteriores dos movimentos de mulheres negras (GONZALEZ, 2018), ainda que sem a visibilidade que adquiriu nos últimos anos.

[4] DAVIS, Angela. **Palestra Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo**", Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2017. Disponível em: **https://www.youtube.com/watch?v=2vYZ4IJtgD0&t=6544s** . Acesso em 20/03/2022.

Nesse sentido, as críticas e a produção acadêmica que apontam a sub-representação e que reivindicam a inserção de mulheres negras na política institucional passaram a fazer parte do debate público nos últimos anos. Conforme a pesquisa *"Balanço das Parlamentares"* (MULHERES, 2022), produzida em 2022 pela plataforma Mulheres Negras Decidem, o Senado tem apenas 1% de mulheres negras (composto por apenas uma mulher negra), enquanto que a Câmara dos Deputados, possui 2% (treze deputadas federais).

Cabe mencionar que a utilização dos termos negras e negros, utilizados ao longo dessa dissertação, baseia-se na definição utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual abarca as categorias pardos e pretos, informações presentes na autodeclaração que as candidatas usam no momento em que preenchem o registro das fichas de candidatura. Quanto ao termo raça, nos baseamos nas contribuições do antropólogo Kabengele Munanga (2004). Ele afirma que raça é um conceito cuja construção tem sido historicamente relacionada a dimensões biológicas (características genéticas e fenotípicas) - o que auxiliou na construção do ideário do denominado racismo científico, de modo que durante o período compreendido pelos séculos XIX e XX, as “raças” eram classificadas em uma escala, a partir de ideologias que se referiam aos povos de origem africana, asiática e oriental como estranhos, bárbaros, incivilizados, propensos a trabalhos que exerciam esforço físico e que deveriam servir de cobaias humanas para experimentos eugenistas. Deste modo, pode-se dizer que o termo raça está ancorado em uma dimensão mais política na atualidade, relacionado a uma preocupação com as questões resultantes das assimetrias raciais que constituem a sociedade brasileira (MUNANGA, 2004).

Material e Métodos de Pesquisa

Nesta seção apontamos quais foram as abordagens que guiaram o percurso desta pesquisa, o que implica em elencar os pressupostos que delineiam o tema, isto é, sob qual perspectiva se ancora e quais serão os métodos e técnicas empregados para realizar a coleta e a análise dos dados. Além disso, é indispensável apontar qual a pergunta de partida e qual a resposta provisória, bem como os objetivos geral e específicos almejados.

Dessa maneira, o problema de pesquisa teve esta formulação: Por que as mulheres negras estão sub-representadas no Rio Grande do Sul? Em resposta a ele, exploramos hipóteses trabalhadas dentro da agenda de pesquisa que busca compreender os fatores que explicam a baixa representação de negros: a sub-representação pode ser explicada pela origem social das mulheres negras; os recursos financeiros dispostos para as campanhas impactam os resultados, assim como o tamanho dos partidos pelos quais essas mulheres concorrem.

Sendo assim, uma vez que o objetivo geral é problematizar a sub-representação política das mulheres negras no Rio Grande do Sul, o trabalho possui os seguintes objetivos específicos: identificar as candidaturas de mulheres negras ao legislativo municipal; traçar o perfil socioeconômico das candidatas (nome, idade, escolaridade, ocupação; renda); identificar os partidos políticos de origem das candidaturas; investigar o acesso ao financiamento de campanha e analisar o desempenho obtido pelas candidatas negras.

Desse modo, com enfoque em raça e gênero, buscamos mapear qual o perfil das mulheres negras que se candidataram a vereança, o que implicou também em levantar dados referentes ao percentual de sucesso e os recursos financeiros disponibilizados para a construção das candidaturas.

Uma vez que essa pesquisa visa analisar questões relacionadas às desigualdades de raça e gênero, é possível afirmar que parte de uma perspectiva transformativa (MERTENS, 2010) de modo que *concentra nas necessidades dos grupos e dos indivíduos em nossa sociedade que possam estar marginalizados ou privados de privilégios*.” (CRESWELL; CRESWELL, 2021).

Ainda, situa-se dentro da epistemologia feminista negra (COLLINS, 2016; CARDOSO, 2012; FIGUEIREDO, 2020**)** onde há a compreensão de que o pensamento formulado por ativistas negras produz teorias, metodologias e práticas políticas que desafiam o modelo hegemônico de produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que propõem justiça e transformação social.

Em se tratando de uma investigação situada na área de Ciência Política, a qual historicamente reproduz determinados padrões de desigualdade, presentes inclusive em sua comunidade científica, como aponta o trabalho de Cândido; Júnior; Campos (2019), aqui tratamos de raça e gênero como categorias de análise centrais para a compreensão do fenômeno da (sub)representação política. A abordagem adotada é qualitativa, entendida como uma *abordagem voltada para a exploração e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano* (CRESWELL; CRESWELL, 2021).

A técnica adotada envolveu a pesquisa documental de modo que trabalhamos com a construção de dados secundários, coletados nos seguintes documentos, compostos por sítios oficiais e não-oficiais, que apresentam as candidaturas que disputaram cargo no último pleito municipal, conforme segue:

- Estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- Dados sobre os resultados eleitorais, oriundos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE);
- Por que votar em Mulheres Negras: balanço dos mandatos das parlamentares negras (2019-2023), da Plataforma Mulheres Negras Decidem;
- Agenda Marielle Franco; do site de mesmo nome;
- Dados biográficos, do site, da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul;
- Dados biográficos, do site da Câmara de Vereadores de Porto Alegre;
- Dados biográficos, do site da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;
- Dados biográficos, do site da Câmara dos Deputados.

Convém destacarmos que essa pesquisa foi realizada durante o período atravessado pela pandemia de coronavírus, situação que fez com que os calendários acadêmicos das universidades e desenhos de pesquisas em ciências humanas fossem alterados, o que gerou efeitos inclusive nessa pesquisa.

Dito isso, além desta introdução e das considerações finais, a dissertação possui três capítulos: o primeiro capítulo, composto pelo mapeamento das referências essenciais para compreender o fenômeno da sub-representação, bem como traz elementos que ilustram as práticas políticas produzidas com o intuito de dirimir as assimetrias vigentes no campo político. No segundo, são tratados os dados referentes às eleições municipais ocorridas no Rio Grande do Sul, em 2016, no que se refere às vereadoras negras eleitas. O terceiro capítulo, também de cunho descritivo, trata dos resultados da eleição de 2020, a partir da problematização das candidatas eleitas. Com enfoque nos perfis das vereadoras negras eleitas nas maiores cidades, apresentamos leitura a respeito dos perfis e projetos políticos que essas realizam nas tribunas. Por fim, na última parte do trabalho apresentamos as conclusões, as quais nos permitem perceber que embora a política institucional seja marcada pela super-representação de homens brancos, os quais contribuem com os pactos que afastam as mulheres negras dos espaços de poder, as práticas políticas engendradas pelas novatas da política representam o tensionamento e enfrentamento desse quadro, abrindo possibilidades de transformação.

CAPÍTULO 1 –RAÇA, GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: TEORIAS E PRÁTICAS POLÍTICAS

A realização de qualquer trabalho científico se dedica a apontar, ainda que de maneira breve, algumas das referências bibliográficas que guiam o percurso de pesquisa. Uma vez que investigamos a sub-representação política das mulheres negras no Rio Grande do Sul, faz-se necessário apontar aquelas referências que consideramos fundamentais a esse empreendimento de pesquisa. Assim, este capítulo se dedica a apresentar as teorias e práticas políticas essenciais para a compreensão do fenômeno, situadas no campo de debate sobre gênero, raça e feminismos negros.

De maneira a cumprir com o objetivo deste capítulo, selecionamos trabalhos oriundos das bases da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e na plataforma *Scielo*, além de materiais independentes produzidos por ativistas que abordam questões raciais e de gênero. Assim, o capítulo está dividido em cinco partes que apresentam um sucinto debate sobre: gênero e poder; raça e representação; a participação das mulheres negras na política; as demandas das mulheres negras por representação; uma breve conclusão.

1.1.Gênero e representação: o questionamento das relações de poder

Há consenso que a ocorrência de eleições é o aspecto central para caracterizar uma sociedade minimamente democrática, no entanto, seus resultados acabam por perpetuar desigualdades históricas, como é o caso do Brasil, cuja história política se alicerça em crises e descontinuidades no que concerne à garantia das instituições. Durante vinte e um anos passou por uma ditadura civil militar, cujos traços autoritários respingam no tempo presente, haja vista os inúmeros relatos de discursos de ódio endereçados àqueles grupos sociais considerados destoantes do perfil tradicional da política:

mulheres, negros e LGBTQI+[5]. Some-se a isso as perseguições sofridas por ativistas que dedicam suas vidas à luta por direitos humanos.

Historicamente, a política institucional é constituída majoritariamente por homens, algo que tem sido discutido exaustivamente por teóricas feministas da política, as quais problematizam as relações de poder. No caso brasileiro, a luta das mulheres pela concretização do direito político de votar e de ter a possibilidade de se candidatar remonta ao século XIX, época em que chegaram a constituir um partido político (Pinto, 2003). No entanto, somente em 1932[6] elas conquistaram formalmente o direito de votar, quatro séculos após a primeira eleição realizada no Brasil.

Esse contexto evidencia o enraizamento da desigualdade de gênero no Estado brasileiro, cujo reconhecimento formal da igualdade entre homens e mulheres só ocorreu a partir da Constituição Federal de 1988, documento marcado por ter sido construído com a participação de diversos movimentos sociais, incluindo o feminista.

Nesse sentido, a crítica realizada se volta à representação política, de maneira que as tentativas de explicação acerca do referido fenômeno centram-se em fatores de ordem cultural, estrutural e institucional (MIGUEL; BIROLI, 2010).

O primeiro fator está presente no debate que problematiza os papeis sociais comumente atribuídos aos homens e às mulheres, de forma que aos primeiros cabe o desempenho de atividades no espaço público, enquanto que as mulheres estão relegadas ao espaço privado. Concernente ao segundo, trata da forma como se constituem as instituições políticas, construídas a partir do ideário da democracia liberal, marcada pelo constante tensionamento entre os valores de igualdade e diferença. Nesse sentido, o engessamento das instituições, representado pelas regras formais, visíveis no interior dos partidos políticos, acaba por afastar as mulheres do espaço da política. Em relação aos fatores estruturais, referem-se aos elementos necessários para que as

[5] A adoção dessa sigla se baseia em REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: https://www.redgaylatino.org/redgaylatino_images/manuales/manualcomu.pdf

[6] Consta no Código Eleitoral, instituído a partir do Decreto 21.076, por Getúlio Vargas. Importante mencionar que o voto era facultativo. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html

campanhas de mulheres possam ter bom desempenho nas disputas eleitorais, dentre eles um dos mais importantes é o financiamento de campanhas.

A combinação desses fatores diminui as chances de participação e de obtenção de sucesso por parte das mulheres nas carreiras políticas, o que vai ao encontro de diversas pesquisas que analisam as razões que conformam a sub-representação desse grupo. Os trabalhos partem de abordagem qualitativa e traçam os perfis das eleitas a partir da história das trajetórias, de modo que algumas realizam entrevistas e lançam olhar para o financiamento de campanha. Concluem que os capitais políticos familiares têm influência em alguns casos e que capitais relativos à militância em movimentos sociais também são importantes, assim como a atuação profissional de destaque em áreas como Educação e Direito (ARAÚJO, 2002; ALTMANN, 2018; MARQUES; CELINI; SANTOS, 2022).

Com base na crítica a esses fatores, as lutas empreendidas por mulheres culminaram na criação de ações afirmativas com vistas à redução das desigualdades de gênero na política, como é o caso da lei 9.504/1997, denominada Lei das Eleições, responsável pela regulação das eleições no Brasil, a qual estipula que *“cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”*. (BRASIL, 2009). No entanto, a literatura aponta que esse mecanismo não tem sido suficiente para provocar aumento significativo da participação as mulheres na política, de maneira que o desempenho eleitoral das mulheres ainda é tímido (BOHN, 2007; ARAÚJO, 2009; PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013).

Até então, a agenda de pesquisa que mais tem investido esforços de compreender a sub-representação de grupos subalternizados é a que se situa na vertente feminista. A partir desse viés, teóricas políticas têm criticado as limitações da democracia liberal, principalmente no que se refere à escassa possibilidade de representação política de minorias, as quais tem dificuldade em vocalizar seus interesses. Nesse sentido, a ausência de pluralidade da representação está no cerne da democracia liberal, construída sob caráter universalizante, a qual reforça os padrões de desigualdade vigentes em uma sociedade de caráter patriarcal, em que mulheres e grupos étnico-raciais tem chances limitadas de exercer atividades no campo da política institucional

(YOUNG, 2006; PHILLIPS, 2011).

1.2 Raça e representação: breve revisão de literatura

Embora tenha tido bastante repercussão nos últimos anos, o debate sobre raça e racismo no Brasil não é algo tranquilo, inclusive nas esferas acadêmicas. A diversa literatura que aborda a constituição da sociedade brasileira e a persistência do racismo (CARNEIRO, 2005; BENTO, 2005; GONZALEZ, 2018) aponta que as instâncias de poder têm atuado na negação da dignidade da população negra, a qual tem sido relegada a uma condição de vulnerabilidade social. Conforme aponta Almeida (2018), a sociedade brasileira é estruturada pelo racismo, o que se reproduz nas engrenagens relativas à economia, ao Estado e às legislações e também nas instituições acadêmicas. Esta concepção compreende que o racismo não é uma patologia da sociedade, pois é tido enquanto norma de funcionamento da sociedade brasileira, cujo desmantelamento poderá ocorrer a partir de ações afirmativas concebidas para dirimir as desigualdades vigentes no País.

Quanto aos estudos que tratam da relação entre raça e representação, há consenso de que embora a população negra constitua a maior parte da população brasileira, está sub-representada nos espaços de poder. Dentre os poucos trabalhos que enfocam, simultaneamente, raça, gênero e representação política, o trabalho de Rios, Pereira e Rangel (2017) aponta que embora a população negra corresponda a 54% da população brasileira, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e as mulheres negras representem cerca de 28% (PNAD,2021) esse grupo social ainda está afastado dos espaços de decisão, incluindo-se as esferas de formulação das políticas públicas e sociais que lhe são comumente dirigidas.

Antes de partir para a revisão dos trabalhos que utilizaremos como referencial desta pesquisa, faz-se necessário elucidar que somente a partir de 2014 informações referentes à raça/cor foram incluídas pelo TSE na ficha de registro das candidaturas, o que se caracterizava enquanto um entrave para a coleta de dados mais completos sobre a composição étnico-racial da representação política brasileira.

Nos anos 1990, em um dos primeiros estudos da área da ciência política brasileira que tratou sobre a temática da raça e representação política, Oliveira (1991) chamou atenção para a baixa presença de negros eleitos ao cargo de vereador na cidade de Salvador nas eleições municipais ocorridas em 1988, mesmo ano em que foi celebrado o centenário da abolição da escravatura no Brasil. Em seu trabalho, o autor traçou o perfil dos candidatos negros que disputavam o cargo, sendo 72,5% composta por políticos não profissionais, oriundos de setores populares e que não buscavam o voto étnico. Nas palavras de Oliveira (1991):

> Nem partidários, nem propriamente ou exclusivamente clientelistas, seriam políticos "comunitários". Políticos que freqüentemente não dispõem de grandes recursos econômicos para desenvolver sua campanha; não possuem - devido à sua inexperiência em disputa de cargos político-eleitorais - um conhecimento acurado dos códigos e regras do jogo político-eleitoral e partidário; mas que acreditam na sua capacidade de agenciar votos em setores onde o seu carisma pessoal e/ou a força da sua "entidade" funcionam. (p.114)

Assim, de acordo com o citado autor, ainda que aquelas candidaturas não dispusessem de um conhecimento apurado a respeito do funcionamento da política, teriam uma característica bastante importante: pertenciam a lugares onde sua atuação era bastante próxima ao eleitorado e onde era necessário mobilizar atributos constituídos a partir do engajamento social e de redes comunitárias, atributos significativos para a disputa eleitoral em âmbito local.

O trabalho de Johnson III (2000), cuja análise aborda raça e representação no Congresso Nacional, no período compreendido entre 1989 a 1999, chegou à conclusão de que havia uma sub-representação dos negros no parlamento brasileiro, em discrepância à porcentagem da população que esse grupo compunha na época analisada. Ainda, os dados que levantou evidenciaram que o PT era o partido que mais elegia negros e que a maioria dos eleitos era oriundo do Estado do Rio de Janeiro. Cabe mencionar que o referido autor também chamava atenção para a escassez de trabalhos na ciência política empenhados em compreender raça e política e também pela urgência na produção de pesquisas voltadas a investigar essas questões, inclusive em âmbito municipal.

Sobre a relação entre partido político e o movimentos sociais, com foco

na relação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e os movimentos negro e LGBTQI+, cuja aproximação com o partido ocorreu desde a fundação na década de 1980 - o trabalho dos autores Rodrigues; Pereira (2022) nos traz colocações relevantes que permitem compreender que o movimento negro teve mais incidência política e oportunidades de fazer disputa interna, enquanto que as pautas referentes à sexualidade e gênero foram mais rechaçadas nas instâncias do partido. Nesse sentido, obtiveram mais êxito no apoio às suas demandas, inclusive no que se refere à aprovação de projetos no legislativo, quando da ascensão dos governos petistas à presidência (2003-2016), de maneira que as demandas formuladas por esses grupos no contexto da reabertura democrática somente se constituem em políticas públicas quando os movimentos sociais negro e feminista passam a ter mais proximidade com a esfera estatal, a partir da ascensão dos governos progressistas ao Executivo Federal, em 2002.

Na denominada fase de aproximação da esfera estatal por parte dos movimentos negro e feminista (RODRIGUES; FREITAS, 2021) destaca-se a criação das Secretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com status de ministério, e que teve em seu comando, ativistas negras reconhecidas por suas lutas contra o sexismo e contra o racismo, como foi o caso de Matilde Ribeiro e de Luiza Bairros. Ainda assim, a discussão sobre a sub-representação das mulheres negras somente adquire maior visibilidade no debate público a partir da ação das novas gerações do movimento feminista negro. A ascensão desse tema ocorre dentro de um contexto político de desdemocratização, constituído pela negação das diferenças e fortemente marcado pela redução da esfera estatal.

Nesse sentido, convém citar o trabalho de Oliveira (2002), em que o autor analisa a literatura que trata das relações entre raça e poder no Brasil, o qual também enfatizava, à época, o desinteresse das ciências sociais em analisar o tema, de modo que poucas pesquisas tratavam das candidaturas, em primazia aos eleitores negros e muitas delas, relacionadas à denominada democracia racial. Em conclusão, este autor já mencionava a importância de pesquisas comparativas, o que *“permitiria melhor perceber os padrões de participações do negro em distintos cenários político-eleitorais, culturas políticas, arranjos político-partidários e estruturas socioeconômicas.”*

(OLIVEIRA, 2002, p.36).

Mais recentemente uma nova agenda de pesquisa se delineia no Brasil, através dos estudos que passam a investigar a relação entre raça e representação, os quais, a partir de distintas abordagens, exploram a relação existente entre desigualdade racial e a representação política. Em outras palavras, essas pesquisas evidenciam a discrepância entre a porcentagem que a população negra representa e os cargos políticos que ocupa.

Embora ainda sejam incipientes, alguns trabalhos na área de ciência política têm buscado investigar o que determina a sub-representação política da população negra, como é o caso do trabalho de Campos; Machado (2017), onde os autores investigam as causas da sub-representação de pretos e pardos, com enfoque na eleição proporcional de 2014. A conclusão do trabalho aponta que os principais elementos que determinam a sub-representação estão relacionados à origem social dos candidatos, ao aporte de recurso de campanha destinado a candidatos negros ser menor e a dificuldade de participar em partidos mais competitivos no jogo político.

Dentre os estudos que versam sobre raça e representação política, é fundamental mencionar o trabalho de Pereira (2018) que, em pesquisa de cunho qualitativo, analisou as candidaturas de vereadores negros no Rio de Janeiro, no pleito de 2016. O estudo deste autor foi realizado a partir de entrevistas, onde apontou que os obstáculos que impedem o acesso de negros e negras aos espaços de poder estão fortemente relacionados aos processos que ocorrem dentro dos partidos antes da disputa eleitoral, inclusive no que se refere à distribuição dos recursos financeiros entre as candidaturas.

No livro *Raça e Eleições no Brasil*, Campos e Machado (2020) investigam os motivos que dificultam a representação de negros na política. As hipóteses elencadas por esses autores perpassam pontos que abordam desde as escolhas dos eleitores; assim como passam pelo questionamento a respeito da suposta escassez de candidatos e chegam a questões como o acesso às estruturas partidárias, bem como a distribuição do recurso financeiro dentro dos partidos, o que pode influenciar as chances de obter êxito na competição eleitoral. Segundo os autores, a sub-representação política de negros não pode ser explicada pelas escolhas de eleitores e nem pela escassez de candidaturas negras, mas principalmente pelo acesso díspar ao financiamento de

campanha.

Outro dado importante elencado neste trabalho, trata-se da análise dos referidos autores que demonstra que as mulheres negras compõem o grupo social mais sub-representado quando se compara o seu desempenho eleitoral com o resultado obtido por candidaturas de homens brancos, de mulheres brancas e de homens negros. Inclusive, conforme dados do TSE, na última eleição municipal, ocorrida em 2020, 44,6% dos candidatos eleitos para as câmaras municipais foram compostos por homens brancos; 38,8% por homens negros; 9,3% por mulheres brancas e apenas 6,5%, por mulheres negras. Esses dados ilustram que as mulheres negras são duplamente afetadas: pelo gênero e pela raça.

Em relação à participação política de mulheres negras no âmbito político-partidário no período mais recente, uma das referências importantes para compreender a sua interação com os partidos políticos é a dissertação de mestrado de Maísa Vale (2014), onde a autora analisou as trajetórias das candidatas negras à vereança em Salvador nas eleições de 2008 e 2012. Os resultados do referido trabalho explicitam a pluralidade das inserções políticas das sujeitas entrevistadas na pesquisa, fortemente relacionada com as trajetórias constituídas de formas distintas.

1.3 Mulheres negras e participação política: enfrentamento às desigualdades e construção da democracia

Nesta seção, são elencadas as estratégias que as mulheres negras brasileiras têm forjado para enfrentar as desigualdades que lhes afetam. Para realizar essa tarefa, parte-se da compreensão de que, historicamente, as mulheres negras, em sua diversidade, têm atuado na denúncia e no enfrentamento às diversas violências que lhes atingem, como apontado nos trabalhos de Davis (2016) e Collins (2019).

Uma dessas estratégias tem sido a de se organizarem enquanto movimento social, cujo surgimento remonta aos anos 1980, momento em que foram criadas as primeiras associações compostas exclusivamente por mulheres negras. Nesse sentido, as mulheres negras resolveram se organizar coletivamente, tanto em contraposição ao feminismo hegemônico - que não

representava as suas demandas específicas - quanto em denúncia ao sexismo e ao racismo vigente na sociedade brasileira. Nas palavras de Carneiro (2003)

> Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional; de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são perscrutados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial. (CARNEIRO, 2003, p.120)

Esse processo de organização das mulheres negras foi explorado na dissertação de Moreira (2007), em que a autora analisou os movimentos de mulheres negras em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre os anos de 1985 e 1995, o que permite compreendermos que a despeito das violências de toda ordem sofridas pelas mulheres negras, historicamente, elas têm atuado na produção de projetos políticos, que perpassam âmbitos religiosos, culturais, políticos (Cardoso, 2017). Ou seja, ainda que estejam sub-representadas na política formal, o inverso ocorre na política informal, pois tem atuação destacada em distintos movimentos sociais, bem como em organizações não-governamentais e mais recentemente, através da atuação em mandatos parlamentares nas esferas municipal, estadual e federal.

Assim, elas têm recorrido a diversas estratégias de ação com vistas a superar as desigualdades que as atinge, processo que demonstra a relevância de lançar olhar sobre sua capacidade de articulação e de inserção das pautas específicas, bem como a importância das críticas e reivindicações engendradas por mulheres negras ao longo da história política brasileira.

Outra referência importante sobre as múltiplas formas de engajamento de mulheres negras é a tese construída por Cardoso (2012), em que a autora analisa a trajetória de mulheres negras ativistas a fim de compreender como estas constroem suas organizações políticas a partir das múltiplas desigualdades pelas quais são atingidas, de tal forma que acabam por constituir um *“pensamento feminista próprio”,* a partir de suas próprias experiências e resistências, dentre as quais pode-se apontar o feminismo negro, que visa à transformação da vida das mulheres e também da sociedade.

A ascensão dos governos progressistas de Lula e Dilma (2003- 2016) propiciou o terreno fértil para que as demandas relacionadas às questões de

gênero e raça passassem a fazer parte da agenda pública e do debate cotidiano. Órgãos como a SEPPIR e a SPM foram fundamentais para que houvessem avanços nestas questões, no período em que, conforme Rios (2011), houve uma institucionalização dos movimentos negros, de maneira que diversos quadros de militantes da questão racial passaram a ocupar cadeiras nas esferas governamentais.

Dentre os órgãos importantes para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas a atender reivindicações específicas da população negra - ainda que com financiamento menor que outras pastas ministeriais - destacamos a SEPPIR, que teve à frente mulheres negras como Nilma Lino Gomes e Luiza Bairros, com destacada produção acadêmica e atuação militante nas questões de raça e gênero, que remontam ao período em que as mulheres negras passaram a se organizar (BAIRROS,1995).

As políticas voltadas a essa parcela da população, dentre elas o Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010, e a Lei de Cotas, de 2012, foram conquistas importantes e que estimularam a afirmação racial no Brasil. Naquele contexto, ocorreram inúmeras ações de mulheres negras, principalmente jovens, tanto nas redes sociais quanto em marchas na rua, como exemplificam os eventos como as Marchas do Orgulho Crespo e a Marcha das Mulheres Negras Pelo Fim do Racismo e pelo Bem Viver, esta última ocorrida em 2015, na cidade de Brasília e que reuniu centenas de mulheres negras de todas as regiões do Brasil. Essas ações tinham como demandas principais a denúncia contra o racismo e o sexismo e também a afirmação do pertencimento étnico e racial.

1.4 Pensamento e ação das mulheres negras: Lélia Gonzalez e Luiza Bairros, duas intérpretes do Brasil

As desigualdades que afetam diretamente as mulheres negras e que lhes colocam em uma situação de desvantagem social fazem com que estejam em cursos de menor prestígio social e que recebam os menores rendimentos salariais em comparação a outros grupos sociais (IPEA, 2015). Esta condição pode ser uma das explicações para a baixa representação desse segmento em espaços da política institucional, tais como câmaras de vereadores e

prefeituras.

Na seção anterior, apontou-se que as primeiras organizações de mulheres negras surgiram nos anos 80, no momento em que as mulheres negras, as quais já participavam tanto do movimento negro misto quanto dos movimentos feministas, passaram a refletir sobre as suas próprias questões e chegaram à conclusão de que era necessário que tivessem as suas demandas específicas organizadas por elas próprias e em organizações próprias.

Foi também naquele momento em que as ativistas e intelectuais negras brasileiras passaram a formular teorias sobre as suas próprias condições de vida, de maneira que expuseram as mazelas sociais vigentes no Brasil, as quais são decorrentes do racismo estrutural e do sexismo. Esse pensamento-ação, porque movimento de articulação das ideias com a experiência vivida das mulheres negras, pode ser entendido como uma forma de (re)interpretação do Brasil pelo olhar dessas mulheres.

Uma das intelectuais e ativistas que propôs outra forma de interpretar o Brasil foi Lélia Gonzalez, mineira, graduada em história, filosofia e antropologia que, em '*Racismo e Sexismo na Sociedade Brasileira (1984)*', tece críticas ao mito da democracia racial[7] e à estereotipação da representação das mulheres negras no período colonial, elencado por autores que são considerados clássicos do pensamento social brasileiro como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior. Sobre o último autor, Gonzalez (1984b) aponta que

> Infelizmente, a gente sabe o que ele está afirmando esquecidamente: o amor da senzala só realizou o milagre da neurose brasileira, graças a essa coisa simplérrima que é o desejo. Tão simples que Freud passou a vida toda escrevendo sobre ela (talvez porque não tivesse o que fazer, né Lacan?). Definitivamente, Caio Prado Júnior "detesta" nossa gente. (p.235)

O excerto acima expressa a crítica da autora a representação das mulheres negras enquanto passivas e animalizadas e, ao fazê-la, a autora foi uma das primeiras pensadoras brasileiras a nomear as relações entre senhores e escravizadas como estupro dada a relação de dominação e coisificação das

[7] De acordo com Abdias Nascimento, esse conceito se refere à ideia de que negros e brancos viviam em igualdade e harmonia no Brasil. Essa teoria foi fortemente propagada a partir da década de 1930 no Brasil. Seguindo a lógica desse ideário, uma vez que viveriam em harmonia social, não haveria motivo para que negros reivindicarem a transformação das suas condições de vida .

pessoas escravizadas. À época era raro encontrar estudantes negros na universidade e mais ainda em eventos como os encontros da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), onde Lélia apresentou os limites às teorias de Caio Prado Junior conforme a crítica elencada no excerto acima.

A antropóloga era também uma ativista do Movimento Negro Unificado (MNU) e chegou a se candidatar pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), ainda nos anos 1980 e teve atuação fundamental no encaminhamento de pautas das mulheres negras mesmo não tendo sido eleita, situação essa que é também um reflexo da forma que os partidos historicamente tratam as mulheres negras e outras minorias étnicas e sociais (PEREIRA, 2018). As críticas de Lélia Gonzalez feitas à época são tão fundamentais que ressoam no momento atual, sendo reatualizadas por gerações de jovens feministas negras que questionam a sub-representação do segmento social de que fazem parte (RIOS; PEREIRA; RANGEL, 2017).

Outra ativista cuja atuação foi muito importante para a interpretação do Brasil e para o aprofundamento da democracia no país, foi Luiza Bairros, graduada em Administração Pública e Administração de Empresas e Mestra em Ciências Sociais, a qual chegou a ocupar o cargo de ministra pela SEPPIR, de 2011 a 2014, no governo da presidenta Dilma Rousseff. Gaúcha de Porto Alegre, ativista do movimento negro e dos movimentos feministas, com múltiplo trânsito entre o movimento e o espaço institucional, a exemplo de outros militantes da luta antirracista, foi uma das precursoras nos estudos que analisaram as questões relativas à raça, racismo, sexismo e mercado de trabalho (Pinto; Freitas, 2017).

Em *Nossos Feminismos Revisitados*, um dos artigos mais citados da referida autora, em que ela utiliza o conceito de imagens de controle cunhado pela socióloga estadunidense e feminista negra Patricia Hill Collins, aponta a forma desumanizante com que as empregadas domésticas têm sido historicamente tratadas no Brasil. Sobre isso a autora destaca

> que se espera das domésticas e que cuidem do bem estar dos outros que até desenvolvam laços afetivos com os que dela precisam sem, no entanto, deixarem de ser trabalhadoras economicamente exploradas e como tal estranhas ao ambiente do qual participam

(outsider within). (BAIRROS, 1995, p.496)

Pode-se dizer que o pensamento de Luiza Bairros, assim como o de Lélia Gonzalez foram essenciais por apontarem as contradições presentes na sociedade brasileira. Dessa forma, suas produções intelectuais foram fundamentais para o reconhecimento das contribuições da mulher negra na sociedade brasileiro, conforme expressa Bairros (2008):

> o longo desse processo começamos também a aprender e a perceber melhor o papel particularmente importante que a mulher desenvolve dentro da comunidade negra. Ela é, em sua maioria, chefe-de-família, a principal responsável pela criação e transmissão de valores culturais expressos pelas religiões afro-brasileiras, afoxés, blocos afros e grupos de samba; é também a mulher negra que desempenha um papel importante no processo de luta do negro ainda na escravidão, participando diretamente da formação e da defesa de quilombos. (BAIRROS, 2008,p. 140)

Depreende-se que a reflexão por elas produzida a partir de um olhar voltado especificamente para as condições de vida das mulheres negras foi crucial também para a construção de um projeto emancipatório e democratizante da sociedade brasileira, pois colocou em evidência a importância da promoção da dignidade humana desse grupo social, com vistas a promover justiça social.

Pode-se dizer que a percepção de que há obstáculos que afastam as mulheres negras dos espaços de poder já estava presente no debate das gerações anteriores dos movimentos de mulheres negras, conforme é possível perceber no trecho do texto *Racismo por omissão (1983)*, de autoria de Lélia Gonzalez. No referido texto, que foi publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 1983, ela manifestava o seu desapontamento com o primeiro programa de televisão do Partido dos Trabalhadores – partido ao qual ela se filiara em 1981 e pelo qual conquistou a primeira suplência ao cargo de deputada federal no ano de 1982. Com as lentes do tempo presente, podemos afirmar que foi um relato de denúncia ao racismo e também sobre como ocorre a organização e distribuição do poder no interior das organizações partidárias, de maneira que apontava também a contradição presente nos partidos de esquerda por se filiarem ao discurso da democracia racial, de modo a se omitir quanto à situação desigual vivenciada pelas populações negras.

> [...] Para não fugir à regra, O PT na TV não deixou por menos: tratou dos mais graves problemas do País, exceto um, que foi “esquecido”, tirado de cena, invisibilizado, recalcado. É a isto, justamente, que se chama de racismo por omissão. E este nada mais é que um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, nos quer fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, europocêntrico. Ao lado da noção de democracia racial, ela está aí, não só definindo a identidade do negro, como determinando o seu lugar na hierarquia social; não só “fazendo a cabeça”, das elites ditas pensantes, quanto das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias. [...]* (GONZALEZ, 2018, p.180)

Aliás, o tempo e a visibilidade que quadros políticos podem ter na televisão, bem como a possibilidade de mencionar pautas específicas são elementos relevantes que podem gerar efeitos no resultado das campanhas políticas. Esta questão, que de alguma forma já era exposta em jornal de grande circulação, só passou a ter destaque mais recentemente.

1.5 Da marcha de mulheres negras às sementes de Marielle: as demandas por representação política

A Marcha das Mulheres Negras Pelo Fim Do Racismo e pelo Bem Viver (Figura 1), ocorrida em 2015, reuniu uma pluralidade de mulheres negras do campo e da cidade, de todos os estados brasileiros, que marcharam até a capital Brasília. A carta escrita por essas mulheres trazia alguns eixos considerados cruciais para a construção de uma sociedade mais equânime e livre do racismo: promoção da igualdade racial, direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as suas atividades; direito à terra, território, moradia/direito à cidade; direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social). No primeiro eixo dessa carta é evidenciada a demanda por uma representação mais plural e que inclua as mulheres negras:

> Fomentar a participação na política nos espaços de decisão e nos órgãos públicos, garantindo a paridade e as condições materiais e simbólicas para o empoderamento e o fortalecimento da participação das mulheres negras nas quadras do poder; Promover a reforma do sistema político brasileiro visando a constituição de novos parâmetros para a democracia brasileira, para o exercício do poder, suscitando a participação dos grupos excluídos do processo de decisão e reorganizando as formas de representação e de expressão dos interesses dos diferentes grupos e do controle social do Estado. (CARTA, 2015, s.p).

Figura 1- Marcha das Mulheres Negras 2015

Fonte: Ebook Marcha Nacional das Mulheres Negras (2015)

Essas demandas se tornam mais visíveis no debate público em 2018, após o feminicídio político (SOUZA, 2020) da vereadora Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018, de modo que diversos coletivos de mulheres negras têm chamado a atenção para a sub-representação política desse grupo e reivindicado a sua inserção na política institucional, também como uma maneira de dar continuidade ao legado da referida política - como é o caso da Plataforma Mulheres Negras Decidem (Figura 2), lançada em 2018 e da Agenda Marielle Franco, lançada em 2020.

Silva (2021) contribui com essa discussão ao nos apresentar a construção da Agenda Marielle Franco, uma das iniciativas construídas no âmbito das diversas ações colocadas em prática pelo Instituto Marielle Franco, que busca dar continuidade ao seu legado:

> A “Agenda Marielle Franco” foi um dos eixos da nossa plataforma antirracista nas eleições (PANE), criada em 2020, com uma proposta inicial de ser o nosso guarda-chuva de ideias e ações para essa tão difícil campanha eleitoral. Essa plataforma foi um conjunto de ferramentas desenvolvidas pelo Instituto Marielle Franco e parceiras, com o objetivo de reconfigurar o sistema político atual, que foi programado para impedir que corpos de mulheres e homens negros acessem espaços de decisão. Sendo assim, dentro da PANE, criamos a Agenda, como uma de nossas ações principais. Sua principal proposta era reforçar que fazer política deve ir além da proposição de projetos de lei. Durante toda a disputa eleitoral das

> eleições municipais de 2020, resgatamos aprendizados que Marielle nos deixou, bem como as políticas públicas prioritárias que ela defendia. (SILVA, 2021, p. 99)

À vista disso, a referida iniciativa ilustra uma das práticas que tem sido colocadas em práticas que se coadunam com as lutas por uma representação política que busque diversificar e transformar a forma de fazer política no Brasil.

Por conseguinte, críticas sobre o fenômeno da sub-representação se filiam ao entendimento de que é resultado da desigualdade racial historicamente enraizada na sociedade brasileira desde a formação do país e que é reproduzida também pelas organizações político-partidárias. De acordo com Rodrigues e Freitas (2021):

> Feministas negras têm questionado a sub-representação de afro-descendentes na política institucional e reivindicado maior cooperação entre acadêmicos e ativistas. O propósito é consolidar um conjunto amplo de pesquisas sobre as causas dessa sub-representação e contribuir para a formulação de medidas para aumentar a participação de representantes de grupos subalternizados no Legislativo. (p.35)

Figura 2 – Site Mulheres Negras Decidem

Fonte: Plataforma Mulheres Negras Decidem, lançada em 2018

As eleições proporcionais de 2018 e de 2020 trouxeram reflexos dessas mobilizações. Ao tratar das eleições proporcionais de 2018, Rodrigues e Abreu (2018) apontam as mudanças recentes ocorridas no cenário político, conduzidas a partir do mote *"Marielle virou semente".* O referido trabalho traz um fator importante a ser levado em consideração: a eleição de mulheres negras cujas ações estão enraizadas nos movimentos sociais representa uma "outra forma de fazer política", uma vez que suas práticas políticas trazem em si elementos relacionados aos feminismos negros, como ilustrado pelo discurso de da deputada Talíria Petrone (2020):

> [...]Eu poderia falar de feminicídio, que é negro; de violência obstétrica que atinge a nós mulheres negras em especial; da mortalidade materna que atinge a nós mulheres negras; da pobreza, que é negra. Nós negros e negras ainda não estamos no 1% que domina a riqueza no Brasil. É tempo de retomar esse poder. É tempo de nos remeter aos quilombos, à Dandara, à Luísa Mahin, àqueles que lutaram para enfrentar os tempos da escravidão e que deixaram como herança a luta. (PETRONE, p.9, 2020)

A título de ilustração, essas formas distintas de fazer política, as quais foram pautadas por Marielle Franco e encampadas pelas mulheres negras eleitas a partir de 2018, cabe mencionar a Agenda Marielle Franco, lançada pelo Instituto Marielle Franco, e que foi lançada virtualmente, em 2020. Criada com o objetivo de fomentar a participação de candidaturas que se comprometesse com os princípios e práticas defendidos pela vereadora, a referida plataforma expressa que

> Essa é uma agenda política para todas as candidaturas de todos os municípios do Brasil. Aceitaremos inscrições e o firmamento de compromisso de candidaturas de mulheres e homens cisgêneras, trans, negros, brancos, amarelos, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, ribeirinhos, pessoas com deficiência e toda candidatura que desejar se comprometer com o fazer político de Marielle Franco: antirracista, interseccional, feminista, periférico, favelado, popular e plural. (p.5).

Mais adiante, no eixo 3 do documento, intitulado *Resgatar a memória, não apagar – Nossos passos vêm de longe*, um diferencial no fazer político de mulheres negras e indígenas, aponta a liderança historicamente empreendida pelas mulheres negras na sociedade brasileira e que auxiliaram na promoção de mudanças sociais. Ou seja, nessa parte do documento é expressa a ideia de que uma política transformadora, distinta daquela construída até então somente será possível com o reconhecimento por parte da sociedade e com a garantia de participar da política formal, aliando teorias, práticas e projetos políticos que visem uma transformação radical da sociedade.

Nas duas últimas eleições foi bastante expressivo o aumento de candidaturas de mulheres negras e a projeção do debate público sobre a relação entre desigualdade racial e representação política. Em *A radical imaginação política das mulheres negras*, essa questão é enfatizada por Franco e Lourenço (2020), as quais entendem que:

> Encabeçar um mandato político é sinônimo de poder, ao passo que é no campo da política institucional que são formuladas leis, regras e fiscalizações de suma importância para vivermos num efetivo Estado democrático de direito. Entretanto, as mulheres negras foram historicamente alijadas dos espaços fundamentais de decisão política. [...] (Franco e Lourenço, 2020, p.37)

O trabalho de Duarte (2020) vai ao encontro dessa análise, pois aborda a trajetória de três mulheres negras com trânsito nos movimentos sociais (religiões de matriz africana e sindicato das trabalhadoras domésticas) e nos partidos políticos, as quais se candidatam desde os anos 1990 sem conseguir se eleger. Ou seja, esse trabalho nos permite compreender que a causa de as mulheres negras não conseguirem sucesso em suas candidaturas não se deve ao fato de estarem ausentes dos partidos políticos e sim por fatores que podem se relacionar ao baixo investimento financeiro por parte dos partidos políticos.

Considerações parciais

A compreensão de que a presença das mulheres negras tem sido constante nos espaços não-formais da política, principalmente em movimentos sociais, ao mesmo tempo em que tem sido afastadas do campo da política institucional, como aponta a bibliografia levantada até o presente momento, evidencia a importância de lançarmos olhar de forma mais aprofundada sobre os obstáculos que afastam as mulheres negras dos espaços de poder. Dito isso, acreditamos ser relevante mencionar trabalhos e autoras que se situam no campo de estudos sobre mulheres negras.[8]

Em nosso entendimento, a ampliação das críticas e da produção acadêmica que apontam a sub-representação e que reivindicam a inserção de mulheres negras na política institucional se relaciona ao fato de que essas demandas têm sido articuladas através da reivindicação por maior representação política, por parte do movimento social realizado pelas mulheres negras.

Ainda, em relação ao pleito municipal de 2020, a consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral pela deputada federal Benedita da Silva, do Partido

[8] A utilização do termo mulheres negras se dá por abranger diferentes grupos de mulheres, incluindo as que vivem no campo e os quilombolas, as quais não estão organizadas enquanto grupos feministas.

dos Trabalhadores, uma das principais lideranças políticas do Brasil, estimulou uma maior distribuição de recursos financeiros e tempo de televisão destinados às candidaturas de mulheres negras e aos homens negros. Em um país onde o perfil da maioria dos vereadores eleitos ainda é representado por homem branco, heterossexual, escolarizado e com idade média de 44 anos, a resposta positiva recebida a partir daquela consulta foi bastante significativa para o conjunto das candidaturas negras, sobre o que trataremos no último capítulo.

CAPÍTULO 2 –

CONDIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL E AS ELEIÇÕES DE 2016

Este capítulo está organizado em duas partes. Inicialmente, abordaremos os aspectos sócio-históricos referentes ao estado do Rio do Rio Grande do Sul, principalmente no que se refere à composição da população negra. Por último, ilustramos a sub-representação das mulheres negras na política a partir dos dados da eleição de 2016.

2.1 Contextualizando o Rio Grande do Sul: "Povo que não tem virtude acaba por escravizar!"[9]

A presente seção se dedica a tratar brevemente sobre alguns aspectos históricos que auxiliam na compreensão do contexto sócio-político do Rio Grande do Sul, reconhecido internacionalmente pela inovação democrática gerada a partir da implantação do orçamento participativo ocorrida em 1989, inovação institucional que possibilitou a participação de diversos atores na discussão, elaboração e destinação de recursos destinados à execução de políticas públicas e sociais.

O estado do Rio Grande do Sul é nacionalmente conhecido por ter expressiva população de origem europeia e pelos feitos da Revolução Farroupilha, ocorrida entre 1835 e 1845, a qual tinha entre os compromissos a libertação dos escravizados, o que não ocorreu. Pelo contrário, os lanceiros negros[10], acabaram sendo dizimados pelas próprias tropas farrapas, no local que hoje é parte pertencente ao município de Pinheiro Machado.

Nesse sentido, é um estado que apresenta as marcas do seu passado escravocrata (MAESTRI,2010), época em que era um dos piores estados para

[9] Expressão utilizada pelos movimentos afrogaúchos, os quais denunciam a estrofe de cunho racista que compõe o hino do Rio Grande do Sul.
[10] Grupo armado composto por negros escravizados que requeriam a libertação durante a Revolução Farroupilha (1835-1845).

a população negra, por conta do frio intenso e do exaustivo trabalho realizado nas charqueadas e na lida do campo. Germano (2009) aponta que

> [...] apesar de toda esta invisibilidade do negro na sociedade gaúcha, o Rio Grande do Sul, até vésperas da abolição, era o sexto colocado quanto ao número de escravos, ficando atrás apenas das províncias do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo[...] (GERMANO, 2009, p.102)

Assim, embora o discurso oficial evidencie a imigração de origem europeia, diversos estudos relatam a expressiva presença da população negra no estado, a qual também é explicitada pela existência das 146 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares no estado. Trabalhos como os de Ávila (2011) e de Balhego (2020) dão visibilidade à resistência construída pela população afrogaúcha na busca pela efetivação dos direitos civis, sociais e políticos, seja através da luta empreendida em tribunais na época da escravidão, onde reivindicavam a liberdade; seja através das estratégias políticas de combate ao racismo e ao mesmo tempo, de construção de outras éticas que garantem a manutenção da vida da população negra.

Essa resistência também tem se apresentado ao longo da história, a partir da construção de diversos projetos políticos, culturais e sociais, como é o caso dos clubes sociais negros, considerados espaços essenciais de afirmação da cidadania da população negra gaúcha após a abolição da escravatura e que tiveram forte atuação entre a década de 10 a década de 40 do século XX (OLIVEIRA, 2017).

Além das inúmeras organizações que construíram o movimento negro gaúcho, também se destacam os ativismos de mulheres negras, como aponta Oliveira (2008), ao relatar sobre no âmbito da organização não governamental Maria Mulher, sediada em Porto Alegre e que é liderada por mulheres negras, as quais desenvolvem projetos e ações que visam combater desigualdades étnico-raciais, sociais e relacionadas ao sexismo, desde o final da década de 80.

No mesmo sentido, a pesquisa realizada por Silva (2018), pontua que durante a década de 80, as suas interlocutoras de pesquisa tiveram atuação destacada a frente de organizações como sindicatos e agremiações partidária,

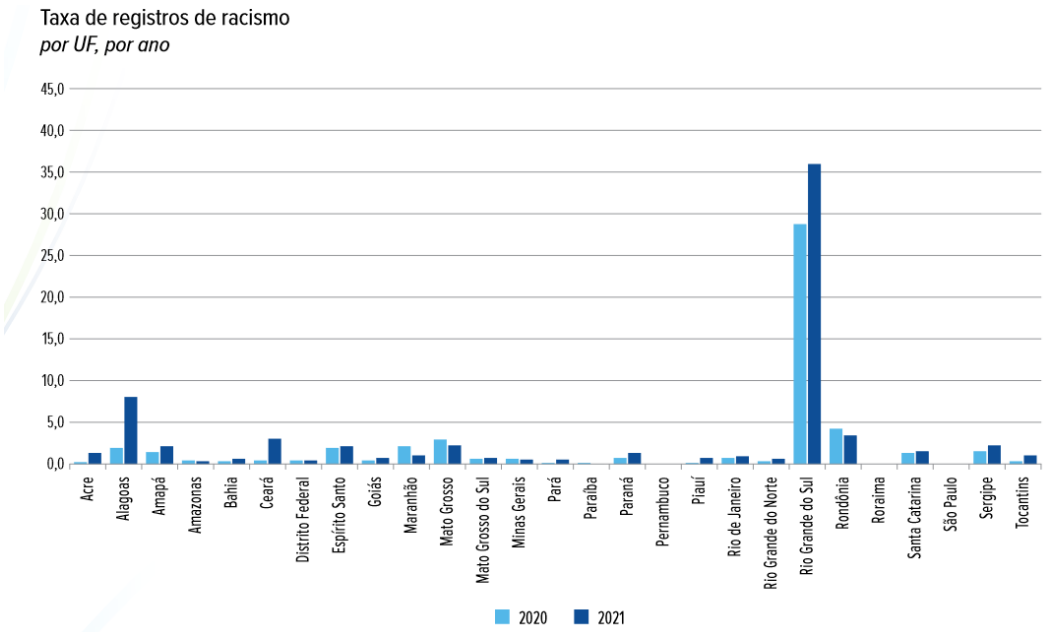
bem como no enfrentamento ao racismo e ao sexismo. O já citado trabalho de Duarte (2020) também nos permite compreender que a participação política de mulheres negras rio-grandenses foi bastante significativa, uma vez que propuseram a construção de distintos projetos políticos que almejam a justiça social para o conjunto da sociedade.

Embora a presença da população negra e de suas contribuições artístico-culturais, político e econômicas sejam inquestionáveis atualmente, esse segmento esteve alijado do acesso a espaços como as universidades, espaços reservados à população branca, ocorrida especificamente no estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, no livro *"O espelho quebrado da branquidade*" (2014), a pesquisadora Adevanir Aparecida Pinheiro, relata que havia a denominada

> Lei do Boi que se estabeleceu no Rio Grande do Sul de 1964 até 1985, umatipo de cota que reservava vagas para que filhos de fazendeiros gaúchos tivessem garantido o direito de estudar nas melhores universidades do país. Lembrando que essa lei se estabeleceu apenas no RS, inclusive na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (PINHEIRO, 2014, s.p)

Dessa forma, o uso de recursos do estado foi voltado à proteção dos interesses dos grupos mais economicamente desenvolvidos, o que deixou de fora outros grupos. O reflexo do passado escravocrata e da persistência de violências dirigidas contra a população negra no estado pode ser ilustrado a partir dos dados presentes no Anuário de Segurança Pública de 2022, em que o Rio Grande do Sul figura como o estado que apresentou a maior taxa de denúncia por racismo em 2020 e em 2021 conforme ilustrado pelo gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa de registros de racismo



Fonte: extraído do Anuário de Segurança Pública (2022) Pp. 135.

Além de ser o estado que registra o maior número de casos de racismo nos últimos anos, o Rio Grande do Sul ainda apresenta desigualdades em diversas outras áreas, como ilustram os dados presentes no Panorama de Desigualdades Raça/Cor, documento lançado pelo governo do estado, em 2021. No que concerne à educação, as crianças negras são aquelas que apresentam maior taxa de analfabetismo e de reprovação escolar. Quando os dados são referentes à saúde, essa população é a que apresenta as maiores taxas de depressão. E no que se refere à política, algo que se relaciona ao nosso tema principal, o referido documento nos revela que o estado reproduz a sub-representação que aparece em outras regiões do país, de modo a confirmar que a cor que exerce o poder político é branca.

O mesmo estado que elegeu Alceu Collares para o comando do Executivo, nos anos 90, sendo este o primeiro negro a exercer cargos de prefeito e governador no município de Porto Alegre, capital e maior cidade do estado e Paulo Paim (PT) até então, o único senador negro que representa o estado, e responsável pela autoria do Estatuto da Igualdade Racial, contribuição imprescindível na luta pelos direitos da população negra brasileira. Somente em 2022, uma mulher negra foi eleita para compor a Câmara dos Deputados: Daiana Santos, eleita pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Quando se trata de eleição de vereadoras, por exemplo, Porto Alegre que

figura como a cidade que tem a maior população do Rio Grande do Sul, somente elegeu dez vereadoras negras ao longo de sua história.[11]

Essa realidade desigual torna ainda mais evidente a importância de debater os obstáculos que impedem as mulheres negras de participarem da política institucional e de levarem pautas que representam a diversidade da sociedade em que vivemos e assim, terem a possibilidade de formular políticas e executar seus projetos.

2.2 2016: contextualização do cenário político e eleições

O ano de 2016 foi marcado por uma série de acontecimentos que culminaram no golpe jurídico-midiático-parlamentar da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, eleita democraticamente em 2014. O impeachment trouxe consigo algumas características que marcam os processos de desdemocratização (BALLESTRIN, 2018), dentre as quais pode-se mencionar a desconfiança sobre a legitimidade do processo eleitoral e o desmantelamento das instituições políticas a partir dos cortes de políticas públicas e sociais e aprovação de medidas tais como a Proposta de Emenda Parlamentar, popularmente conhecida como a PEC do Teto de Gastos, que congelou o investimento nas áreas de educação, saúde e assistência social por duas décadas. Além disso, tivemos a aprovação da Reforma da Previdência, que representou retrocesso para os trabalhadores.

Diante desse contexto, os casos de violência política de gênero (FREIDENBERG,2017) passaram a ser frequentes nos noticiários e nas redes sociais, incluindo-se aí, a misoginia endereçada à presidenta durante o curto período que tramitou o processo de impeachment, marcado por manifestações na rua lideradas por pessoas de classe média e média alta, as quais reivindicavam o impeachment a partir de frases como “Tchau, querida’’ e “A culpa é do PT’’. Em 31 de agosto de 2016, a votação foi transmitida ao vivo pela rede aberta de televisão e ilustrou a ascensão autoritária que estaria por

[11] Mais informações podem ser encontradas em https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeria-dos-vereadores-negros/ . Acessado em 05/03/23.

vir: diversos parlamentares fizeram apologia à Ditadura Civil militar no momento em que anunciavam seu voto pelo impeachment.

Figura 3 – Parlamentares no dia da votação pelo Impechment de Dilma Rousseff

Fonte: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/17/impeachment-de-dilma-e-machismo.htm

Ainda que a eleição de 2016 tenha sido realizada em meio ao cenário mencionado anteriormente, teve uma característica positiva: foi a primeira a trazer informações referentes à declaração de raça/cor dos candidatos. Dessa forma, nessa seção apresentaremos os dados gerais da eleição de 2016 e posteriormente, trataremos da cor das eleitas, assim como pontuaremos os resultados obtidos pelas candidatas no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Como nos referimos no capítulo anterior, são escassas as pesquisas que analisam o desempenho de eleições no nível municipal, o qual é justamente o primeiro degrau escalado pelas mulheres que almejam atuar na política institucional, além de ser o que está mais próximo do cidadão[12]. Nesse sentido, nos debruçamos na análise sobre as eleições municipais e em específico, sobre as eleições à vereança por consideramos que é importante analisar os pleitos locais para compreender as razões que levam à sub-representação de mulheres negras.

[12] A quantidade de candidatos e cargos nas eleições municipais talvez seja um dos motivos dos escassos estudos na área.

2.3 Raça e gênero das candidaturas no Brasil e no Rio Grande do Sul

As eleições municipais de 2016 foram as primeiras a conter as informações relativas à autodeclaração de raça e cor nas fichas de cadastro das candidaturas, o que constitui motivação importante ao nosso interesse em analisar as eleições em debater os resultados desse pleito. De maneira a cumprir nossa tarefa, nesta seção abordaremos os resultados obtidos pelas candidaturas.

Trinta e seis partidos disputaram aquele pleito, de maneira que naquele ano, 465.303 candidaturas estavam aptas a concorrer para os cargos de prefeito e vereador no país. Dessas, 463.438 foram candidaturas à vereança na disputa de 57.942 vagas, o que representou 93,25% do total de candidatos.

Destas candidaturas,69% foram compostas por homens, contra apenas 31% de candidaturas femininas (Quadro 1). No que concerne à raça/cor 51,45% das candidaturas se autodeclararam brancas; 39,12 % pardas (194.401) e 8,64% pretas. As candidaturas autodeclaradas amarelas (2.052), indígenas (1715) e outras não chegaram a 1% do total (Quadro 2).

QUADRO 1 – Candidaturas por gênero (brasil)

Gênero	Total de candidaturas
Homens	182.616
Mulheres	146.860

Fonte: TSE

QUADRO 2 – Autodeclaração por raça/cor (Brasil)

Autodeclaração de raça/cor	Total de candidaturas
Branca	242.485
Parda	182.616
Preta	194.401
Indígena	1.579
Amarela	2052

Fonte: TSE

Em relação aos dados do Rio Grande do Sul, os percentuais se assemelharam: 68,30 % dos candidatos eram homens, enquanto que 31,70 % eram mulheres (Quadro 3). Do total de homens, 90,62% eram candidatos autodeclarados brancos, enquanto que 9,1 % eram candidatos autodeclarados negros (Quadro 4). No que concerne às candidaturas de mulheres, 90,16 % se autodeclararam brancas, enquanto 9,5% se autodeclararam negras.

Quadro 3 – Candidaturas por gênero (Rio Grande do Sul)

Gênero	Total de candidaturas
Mulheres	18.965
Homens	8.804

Fonte: TSE

Quadro 4 – Autodeclaração por raça/ cor independentemente do gênero - Rio Grande do Sul

Autodeclaração de raça/cor	Total de candidaturas
Branca	25125
Negra	2.562

Fonte: TSE

Quadro 5 – Candidaturas por raça e gênero - Rio Grande do Sul

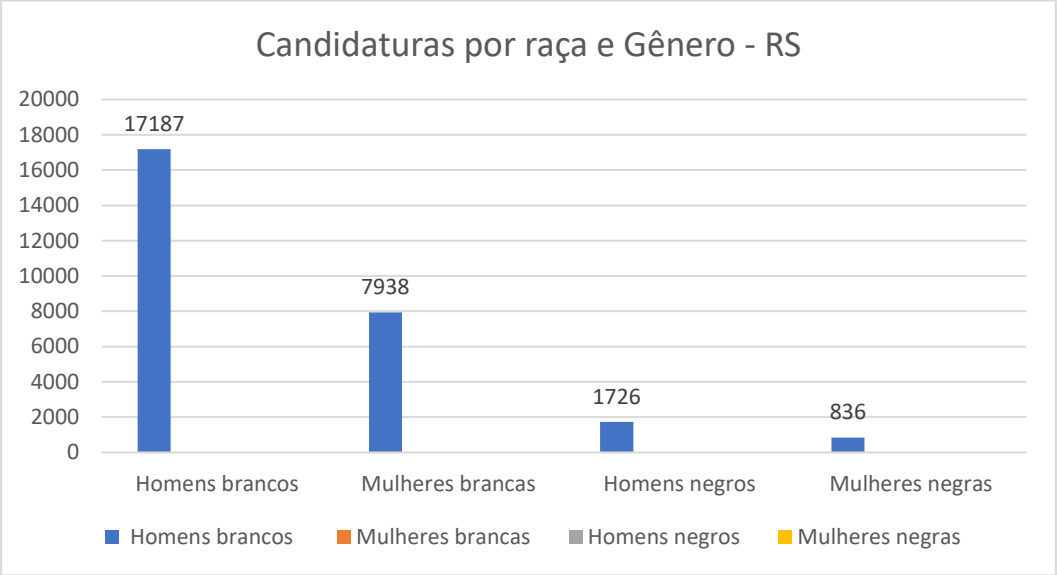
Raça/cor homens	Total de candidatos	Raça/Cor Mulheres	Total de Candidatas
Branca	17.187	Branca	7.938
Negra	1726	Negra	836

Fonte: TSE

Em suma, os dados acima mencionados ilustram a presença majoritária de candidatos brancos na disputa pelos cargos eletivos no estado, com destaque para o sucesso obtido pelos homens brancos, os quais despontam tanto em número de candidatos quanto de eleitos. Além disso, é importante notar que as mulheres negras são aquelas que estão em menor número no que se refere à corrida eleitoral no Rio Grande do Sul**.**

Quando analisamos o número de candidatos negros, os homens somavam 1726 candidatos, enquanto que as mulheres negras eram apenas 836. Destas, apenas 22 foram eleitas, o que corresponde a 2,63% do total de candidatas.

Gráfico 2 – Candidaturas por raça e gênero - RS



Fonte: elaborado pela autora, com base em dados do TSE (2016)

2.4. Cor gênero e poder: o perfil dos eleitos em 2016

Nesta seção tratamos dos dados referentes aos candidatos eleitos, de maneira que em primeiro momento apresentamos as candidaturas gerais e, posteriormente, trataremos das candidaturas de mulheres negras, com destaque para as que foram eleitas.

Dessa forma, assim como o maior número de candidatos foi formado por brancos, os que obtiveram maior sucesso foram os homens e mulheres brancos: 3924 homens e 782 mulheres eleitos. A seguir, 168 homens negros eleitos e somente 22 mulheres negras (quadro 6).

No que concerne às vereadoras que lograram êxito no referido pleito, foram eleitas em municípios de regiões distintas[13]: nove eleitas oriundas da região Noroeste (Barra Funda; Caibaté; Cristal do Sul; Faxinalzinho; Iraí; São Marcos, Santa Bárbara do Sul; e Novo Barreiro); cinco da região Sudoeste (Alegrete;Itaqui; Sant'Ana do Livramento); duas da região metropolitana de Porto Alegre (Presidente Lucena e Três Coroas); duas da região nordeste (Caxias do Sul e Vacaria); duas da região centro-oriental (Cachoeira do Sul e Veracruz) e somente uma da região Sudeste (Pelotas) Em relação ao partido político, a maior quantidade de eleitas se encontra no Partido Progressista (PP)[14], que elegeu seis delas. Em seguida, aparecem o Partido dos

[13] A noção de regiões adotada neste trabalho se baseia na definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classifica o Rio Grande do Sul em mesorregiões.
[14] O Partido Progressista passou a se denominar Progressistas, em 2018, mas manteve a sigla.

Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PMDB)[15], que elegeram quatro. As agremiações partidárias Partido Democrático Brasileiro (PDT) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), elegeram duas[16]. Por fim, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Popular Socialista (PPS)[17] elegeram apenas uma.

Com base nessas informações, convém notar que as eleitas são filiadas a partidos de expressão nacional, inclusive partidos de longa tradição no cenário político brasileiro, como é o caso do PMDB, PT, PDT e PSB, cuja fundação remonta à década de 70. Ainda que esses partidos contenham setoriais voltados à temática racial, estão entre aqueles partidos em que é mais difícil que negros sejam eleitos, conforme apontado pela literatura (Campos; Machado, 2020). Além disso, 10 das eleitas são oriundas de partidos cujo espectro ideológico se situa à direita, cujas pautas se relacionam à redução da presença estatal na sociedade e cujos valores são de cunho conservador.

Em relação à idade das eleitas em 2016, a média foi de 43 anos, que está dentro da média geral de eleitos no Brasil. Apenas três delas concorriam à reeleição, com destaque para Denise da Silva Pessôa (PT), que concorria pela terceira vez. O quadro abaixo apresenta o total de vereadoras negras eleitas em 2016.

QUADRO 6 – Perfil social das eleitas (2016)

Nome	Escolaridade	Ocupação	Idade	Município	Partido
Cleir Fagundes Rocha	Ensino Fundamental completo	Vendedora	47	Itaqui	PMDB
Daiane Rodrigues Dias	Superior completo	Outros	35	Pelotas	PSB
Denise da Silva Pessoa	Superior completo	Arquiteta	33	Caxias do Sul	PT
Juliana Nogueira Binsfeld*	Superior Completo	Servidora Pública	38	São José Das Missões	PP
Lindamir Ferreira*	Médio Completo	Vereadora (desde 2012)	45	Faxinalzinho	PPS
Lourdes Silvana	Ensino Médio	Dona de Casa	51	São Marcos	PP

[15] O PMDB passou a se denominar Movimento Democrático Brasileiro (MDB), desde 2017.
[16] Cabe mencionar que o percentual desses recursos varia bastante. Há candidatas que recebem cerca de 100 reais para utilizarem em suas campanhas, valor irrisório para a construção de uma campanha política.
[17] O PPS foi renomeado, de maneira que desde 2019 é denominado de Cidadania.

Da Silva Nunes	completo				
Luana Dos Santos	Superior Incompleto	Vendedora	27	Presidente Lucena	PSDB
Marcia Cristina Duarte Borella Do Nascimento*	Ensino Superior Completo	Professora	45	Iraí	PP
Márcia Da Silva Marafon	Superior Completo	Enfermeira	42	Santa Bárbara Do Sul	PP
Marcia Raquel Rodrigues Presotto*	Superior Completo	Vereadora	34	Novo Barreiro	PTB
Márcia Regina Balista*	Ensino Fundamental Completo	Comerciante	46	Barra Funda	PDT
Marcia Rosane Da Rosa Dos Santos	Ensino Médio completo	Dona de Casa	46	Sant'ana do Livramento	PSB
Margarete da Silva de Souza*	Superior Completo	Professora	43	Caibaté	PSDB
Maria De Fatima Gomes Dos Santos	Ensino Fundamental completo	Servidor Público Municipal	47	Veracruz	PT
Marisa da Rosa Azevedo	Superior Incompleto	Aposentada Já eleita em 2012	62	Três Coroas	PMDB
Neli Terezinha Ribeiro**	Ensino Fundamental Incompleto	Dona De Casa	31	Iraí	PDT
Neuza De Borba Braga*	Ensino Superior Completo	Vereadora (desde 2012)	49	Erval Seco	PDT
Queli Gomes Ferreira	Ensino Médio Completo	Vendedora	33	Itaqui	PP
Roseléte Da Silva*	Ensino Médio Completo	Cabeleireira	39	Cristal Do Sul	PDT
Selmari Etelvina Souza Da Silva	Superior completo	Professora	46	Vacaria	PT
Telda Da Silva Assis	Superior completo	Professora	55	Cachoeira do sul	PT
Vanda Lucia de Oliveira Dorneles	Ensino Médio Completo	Cargo comissionado	56	Alegrete	PP

Fonte: elaborado pela autora, com base em dados do TSE (2016).

O financiamento é um item importante quando falamos de uma campanha política, pois é um dos fatores que pode influenciar o sucesso eleitoral, uma vez que a quantidade de recurso financeiro disponível perpassa vários aspectos: a quantidade de material a ser impresso e distribuído; os recursos humanos que são contratadas durante o processo eleitoral, seja para

realizar entregas de panfleto ou para organizar o marketing político; além do combustível que é necessário para que a candidata possa se deslocar e divulgar suas propostas pelo interior dos municípios em que concorrem.

Cabe notar que somente 9 das candidatas eleitas receberam recurso oriundo do fundo partidário ou eleitoral dos partidos pelos quais concorriam, enquanto que 59% delas receberam recursos de origem privada, a partir da doação de quantias díspares. Como foi mencionado no início do trabalho, os fatores de ordem estrutural podem afetar a aproximação das mulheres com a política e nesse sentido, o financiamento é um dos elementos de caráter estrutural que podem contribuir para o bom desempenho das mulheres na política. Em conformidade com isso, os dados que levantamos reportam que as três candidatas que obtiveram as votações mais altas foram aquelas cujas campanhas tinham mais recurso financeiro[18] em comparação com as demais, algo que ilustra a importância do recebimento de recursos na obtenção de votos.

Quadro 7 – Financiamento de campanha e quantidade de votos

Candidata	Recursos recebidos	Votos obtidos	Partido Político
Denise da Silva Pessoa	R$32.682,83	3.312	PT
Daiane Rodrigues Dias	R$25.201,00	2.140	PSB
Vanda Lucia De Oliveira Dorneles*	R$13.268,58	1.020	PP
Juliana Nogueira Binsfeld*	R$7.301,11	212	PP
Márcia Regina Balista*	R$7.249,78	120	PDT
Marcia Raquel Rodrigues Presotto	R$5.645,37	433	PTB
Marisa Da Rosa Azevedo*	R$4.920,75	487	PMDB
Telda Da Silva Assis	R$4.550,00	579	PT
Selmari Etelvina Souza	R$4.455,25	501	PT

[18] A quantidade de votos também está relacionada a quantidade mínima necessária de votos em cada município.

Da Silva			
Roseléte Da Silva	R$4.200,00	156	PDT
Cleir Fagundes Rocha	R$3.720,00	705	PMDB
Neli Terezinha Ribeiro	R$3.400,00	393	PDT
Márcia Da Silva Marafon*	R$3.283,22	339	PP
Maria De Fatima Gomes Dos Santos	R$3.180,00	814	PT
Marcia Cristina Duarte Borella Do Nascimento*	R$2.615,25	274	PP
Margarete Da Silva De Souza*	R$1.857,16	215	PSDB
Queli Gomes Ferreira	R$1.640,00	598	PP
Lourdes Silvana Da Silva Nunes	R$1.305,00	299	PP
Lindamir Ferreira	R$1.082,90	105	PPS
Neuza De Borba Braga*	R$863,17	441	PDT
Luana Dos Santos*	R$357,83	111	PSDB
Marcia Rosane Da Rosa Dos Santos	R$351,00	678	PSB

Fonte: elaborado pela autora, a partir de dados do TSE (2016).

*Candidaturas que receberam algum percentual do partido político.

As 22 eleitas representam 0,45% do total de eleitos no Rio Grande do Sul, dado que ilustra a condição de desvantagem social em que as mulheres negras se situam na sociedade brasileira. Nesse sentido, as baixas taxas de sucesso ocorrem independente do partido político e do espectro ideológico e não decorrem por ausência de candidaturas das minorias, uma vez que somente em 2016, por exemplo, quase 10% de mulheres negras foram candidatas.

Sabemos que a sub-representação das mulheres tem sido bastante problematizada e debatida pelas teóricas feministas da política, como mencionamos no capítulo anterior, o que evidencia que são grupo minoritário na política. Quando realizamos o cruzamento entre as variáveis de gênero e raça, percebemos que esse fenômeno apresenta diferentes escalas, de maneira a situar as mulheres negras no nível mais afastado da política, assim como ocorre em outros espaços da vida social.

Acreditamos que o insucesso possa estar ligado às representações socialmente construídas em torno da população negra, conforme tem sido apontado por intelectuais do campo das relações raciais. À vista disso, pode-se considerar o trabalho de Carneiro (2005) em que a autora investiga como se constituem as relações raciais na sociedade brasileira e traz uma contribuição importante para que possamos pensar sobre a (não) inserção das mulheres negras na política institucional, uma vez que se situam dentro de um contingente populacional que, historicamente, é visto como inferiorizado e desprovido de saber. Por conseguinte, são entendidas como não aptas ao exercício da política. A partir do conceito de dispositivo de racialidade/biopoder, a autora pontua que a população negra é constituída como o não ser, aquela que é vista como o outro, destituído de razão. Nas palavras de Carneiro (2005):

> É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de seqüestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca. (CARNEIRO, 2005, p.10).

Dessa forma, a concentração de poder político permanece nas mãos brancas, ainda que o país tenha recebido e receba contribuição expressiva da população negra em diferentes áreas do conhecimento. Inclusive, mulheres negras, em diversos coletivos, têm atuado fortemente na política informal, inclusive a partir das atuações em movimentos sociais. Mesmo assim, não são vistas como potenciais detentoras de mandatos políticos, pois conforme ilustram Lourenço; Franco (2020)

> Encabeçar um mandato político é sinônimo de poder, ao passo que é no campo da política institucional que são formuladas leis, regras e

> fiscalizações de suma importância para vivermos num efetivo Estado democrático de direito. Entretanto, as mulheres negras foram historicamente alijadas dos espaços fundamentais de decisão política. [...] (LOURENÇO; FRANCO, 2020, p.37)

Dessa maneira, é possível perceber que as mulheres negras compõem o segmento mais afastado da política formal, o que se expressa inclusive no número de eleitas. A formação da sociedade brasileira se apoia em uma lógica que enxerga mulheres negras como "a outra do outro", conforme nos aponta Bueno (2020), são fixadas dentro do conceito de imagens de controle, que "*são usadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação para que permaneçam no poder"* (pp.73). Nesse sentido, as representações produzidas em torno das mulheres negras e disseminadas principalmente pelos veículos de comunicação tradicional e pelas redes sociais, estão presentes no imaginário social e nos espaços formais da política, sendo este último palco central para a manifestação de discursos de ódio endereçados às que ousam desafiar a dominação.

A compreensão de que a presença das mulheres negras tem sido constante nos espaços não-formais da política, principalmente em movimentos sociais, ao mesmo tempo em que tem sido afastadas do campo da política institucional, como aponta a bibliografia levantada no capítulo anterior, evidencia a importância de lançarmos olhar de forma mais aprofundada sobre as dinâmicas que influenciam a sub-representação, bem como apontar as resistências colocadas e que se relacionam com os pressupostos da epistemologia construída pelos feminismos negros, o que apresentaremos no próximo capítulo.

Considerações parciais

Neste capítulo apresentamos os dados relativos ao ano de 2016, cujo ano cenário político foi marcado por movimentações antidemocráticas que culminaram no impeachment da primeira mulher eleita presidente da nossa história política. Cabe lembrar que a seleção desse caso se justifica por ter sido aquele em que ocorreu a primeira eleição municipal após a inclusão dos dados relativos à raça e cor dos candidatos.[19]

[19] As fotos armazenadas no repositório do TSE à época eram em preto e branco.

Em suma, foi possível ilustrar que a concentração e distribuição do poder político está nas mãos da parcela que representa o padrão hegemônico da elite política brasileira, que tem cor e gênero: o poder é majoritariamente ocupado por homens brancos. Por fim, percebemos que no caso do Rio Grande do Sul, negros estão em desvantagem quanto à representação política, pois que compõem 20,6% da população e são somente 3,43% dos eleitos. Quando se trata das mulheres negras, não chegam a 1% das eleitas.

CAPÍTULO 3

3.1 2020: uma eleição sui generis

O ano de 2020 pode ser caracterizado como um ano *sui generis*, pela quantidade de acontecimentos únicos, que de certo modo afetaram a ocorrência das eleições, dentre os quais cabe mencionar a crise sanitária mundial e as mudanças institucionais que alteraram o pleito municipal daquele ano.

Nesse sentido, a emergência da pandemia de Sars-cov 2, anunciada em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS)[20], iniciada em novembro do ano anterior na província de Wuhan, na China, foi protagonista nesse contexto, uma vez que a situação de emergência sanitária afetou os setores da saúde, da economia e da política. Essa situação

[20] Referência ao anúncio da pandemia, feito por Tedros Adanon, diretor da OMS, disponível em: https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020

calamitosa explicitou desigualdades de todas as ordens no Brasil, amplificadas pelo desemprego gerado pelo fechamento de postos de trabalho no setor privado e pela ausência de políticas públicas. A omissão do Estado brasileiro diante daquele cenário foi denunciada por diversas entidades da sociedade civil. O aumento da fome, da miséria e a negação da compra de vacinas[21] foram temas abordados. De maneira a tentar sanar essa situação, diversas campanhas de arrecadação de alimentos foram lançadas por diferentes segmentos sociais, conforme ilustrado na Figura abaixo:

FIGURA 4- Cartaz de Campanha Dá de comer (2020)

Fonte: Coalizão Negra por Direitos

Naquele momento, os cientistas que pesquisam saúde pública produziram alertas a respeito do grave risco representado pelo contato físico e constataram ser importante que os governos elaborassem e implementassem medidas que pudessem conter a transmissão do vírus. Em resposta a isso e também em razão da inércia do governo federal, governos estaduais e municipais impuseram restrições[22] que diminuíram a possibilidade de circulação nas ruas e de encontro de grandes multidões, de modo que aulas foram canceladas nas instituições públicas e privadas; a circulação foi

[21] A negação no oferecimento das vacinas foi tema da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada em 27 de abril de 2021, no Senado brasileiro. O relatório final da comissão está disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441

[22] O Observatório da Covid-19, produzido pela Fundação Oswaldo Cruz produziu coletou dados e produziu pesquisas com diversas informações acerca da crise sanitária mundial, material que pode ser encontrado em seu sítio oficial: https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19

reduzida; serviços não essenciais foram fechados ou tiveram seu horário de funcionamento reduzido.

No caso do Brasil, a primeira vítima fatal da COVID-19 foi uma mulher negra, empregada doméstica, que não foi dispensada das atividades de trabalho e acabou contraindo a doença dos patrões – um caso que ilustra muitos outros, pois historicamente as mulheres negras saem de suas casas para exercerem o cuidado à famílias brancas e de classe alta. Naquele momento, visualizamos também o aumento da fome e do desemprego, da violência contra as mulheres e além disso, o aumento da violência racial. Era doloroso ligar a televisão ou ler notícias sobre a realidade do mundo. O discurso do “Fique em Casa” foi transformado em “Fique em casa, se puder”, provavelmente porque o debate provocado por inúmeros ativistas explicitou que a população empobrecida não teve direito ao isolamento, até mesmo porque as elites econômicas e políticas sequer demonstraram interesse em criar auxílios financeiros para que a população mais vulnerável pudesse sobreviver.

Em meio a tudo isso, o isolamento foi obrigatoriamente rompido, em reação à violência racial. Em junho de 2020, irrompeu uma onda de protestos organizados pelo movimento *Black Lives Matter*, nos Estados Unidos, após George Floyd ter sido morto asfixiado por um policial, em maio daquele ano. Os inúmeros protestos clamavam por justiça e denunciavam a propagação do racismo e a ascensão de um ideário com caráter fascista.

Ainda que em proporções distintas, no Brasil também ocorreram protestos antirracistas naquele ano, em resposta à violência racial. No mesmo mês, ocorreram protestos contra o racismo e contra o governo federal. Com máscaras no rosto, cartazes contra o racismo e contra o governo, liderados por organizações como a Coalizão Negra por Direitos, os manifestantes foram às ruas em todo o país, inclusive em denúncia contra as mortes de crianças e adolescentes ocorridas até aquele momento. A grande questão colocada era que “nem mesmo dentro de casa os negros estão em segurança”, uma vez que as balas “perdidas” sempre encontram corpos pretos.

O ineditismo desta crise sanitária mundial gerou diversos reflexos no mundo político, de tal maneira que a data das eleições foi adiada de 04 e 25 de outubro, para os dias 15 e 29 de novembro, a partir de alteração realizada pela

Emenda Constitucional 107/2020[23], inclusive porque importava priorizar a preservação da vida.

Com as restrições de convívio social em voga, as recomendações orientavam o uso de máscaras que cobrissem a face, higienização de superfícies com álcool gel e público reduzido em reuniões. Assim, as campanhas políticas deixaram as ruas e ganharam as redes sociais, a partir de *lives* e de postagens com imagens e vídeos contendo informações e propostas sobre as candidaturas.

Além do mencionado, importa elencar uma inovação institucional que pode ter estimulado o desempenho das candidaturas de pessoas negras. No que concerne aos fatores de ordem institucional que caracterizaram a particularidade do momento, convém citar a consulta realizada ao TSE e o ajuizamento de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), relativas à destinação do recurso de campanha para candidaturas negras.

A Consulta 600306-47 realizada pela deputada Benedita da Silva (PT)[24] ao TSE buscava saber a respeito da aplicação dos recursos para candidaturas negras já naquela eleição, como é possível conferir abaixo:

> DIREITO ELEITORAL. CONSULTA. RESERVA DE CANDIDATURAS, TEMPO DE ANTENA E RECURSOS PARA CANDIDATAS E CANDIDATOS NEGROS. CONHECIMENTO. QUESITOS 1 , 2 E 4 R E S P O N D I D O S A F I R M A T I V A M E N T E .1. Consulta a respeito da possibilidade de: garantir às candidatas negras percentual dos (i) recursos financeiros e do tempo em rádio e TV destinados às candidaturas femininas no montante de 50%, dada a distribuição demográfica brasileira; instituir reserva de 30% das (ii) candidaturas de cada partido a pessoas negras, nos termos da cota de gênero prevista na Lei nº 9.504/1997; determinar o custeio proporcional das campanhas dos candidatos negros, (iii) destinando-se a estes no mínimo 30% do total do FEFC; e assegurar tempo de (iv) propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão proporcional às candidaturas de pessoas negras, respeitando-se o mínimo de 30%. (CONSULTA,2020, s.p).

Em resposta à referida consulta, o TSE demonstrou acordo com os primeiro, terceiro e quarto quesitos. O único quesito sobre o qual foi demonstrado desacordo foi o segundo, referente à criação de cotas para

[23] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc107.htm
[24] Consulta realizada ao TSE, possível conferir o processo na íntegra disponível em: https://eadeje.tse.jus.br/mod/resource/view.php?id=15886

negros no interior dos partidos, em encontro ao entendimento de que a competência sobre a matéria seria do Congresso Nacional. Cabe mencionar, contudo, que essa decisão apenas poderia produzir efeitos a partir das eleições gerais de 2022 e não em 2020.

Em reação e em referência à resposta dada à consulta, o PSOL ajuizou a ADPF 738, tendo por referência a consulta acima citada, conforme é possível perceber no resumo abaixo:

> Ementa: REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARÁTER AFIRMATIVO. INCENTIVO A CANDIDATURAS DE PESSOAS NEGRAS PARA CARGOS ELETIVOS. VALORES CONSTITUCIONAIS DA CIDADANIA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. IGUALDADE EM SENTIDO MATERIAL. ORIENTAÇÕES CONSTANTES DE RESPOSTA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL À CONSULTA FORMULADA POR PARLAMENTAR FEDERAL. APLICAÇÃO IMEDIATA PARA AS PRÓXIMAS *ELEIÇÕES*. NÃO INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE OU ANUALIDADE (ART. 16 DA CF/1988). MERO PROCEDIMENTO QUE NÃO ALTERA O PROCESSO ELEITORAL. PRECEDENTES. MEDIDA CAUTELAR REFERENDADA. I - Políticas públicas tendentes a incentivar a apresentação de candidaturas de pessoas negras aos cargos eletivos nas disputas eleitorais que se travam em nosso País, já a partir deste ano, prestam homenagem aos valores constitucionais da cidadania e da dignidade humana, bem como à exortação, abrigada no preâmbulo do texto magno, de construirmos, todos, uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social, livre de quaisquer formas de discriminação. II - O princípio da igualdade (art. 5º, caput, da CF), considerado em sua dimensão material, pressupõe a adoção, pelo Estado, seja de políticas universalistas, que abrangem um número indeterminado de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de políticas afirmativas, as quais atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo-lhes certas vantagens, por um tempo definido, com vistas a permitir que superem desigualdades decorrentes de situações históricas particulares (ADPF 186/DF, de minha relatoria). Precedentes. III – O entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que só ocorre ofensa ao princípio da anterioridade nas hipóteses de: (i) rompimento da igualdade de participação dos partidos políticos ou candidatos no processo eleitoral; (ii) deformação que afete a normalidade das *eleições*; (iii) introdução de elemento perturbador do pleito; ou (iv) mudança motivada por propósito casuístico (ADI 3.741/DF, de minha relatoria). Precedentes. IV - No caso dos autos, é possível constatar que o TSE não promoveu qualquer inovação nas normas relativas ao processo eleitoral, concebido em sua acepção estrita, porquanto não modificou a disciplina das convenções partidárias, nem os coeficientes eleitorais e nem tampouco a extensão do sufrágio universal. Apenas introduziu um aperfeiçoamento nas regras relativas à propaganda, ao financiamento das campanhas e à prestação de contas, todas com caráter eminentemente procedimental, com o elevado propósito de ampliar a participação de cidadãos negros no embate democrático pela conquista de cargos políticos. V – Medida cautelar referendada.
> **Decisão**
> O Tribunal, por maioria, referendou a liminar concedida para determinar a imediata aplicação dos incentivos às candidaturas de

> pessoas negras, nos exatos termos da resposta do TSE à Consulta 600306-47, ainda nas *eleições* de *2020*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020 (ADPF 738, 2020).

A partir dessa ADPF, as decisões relativas à consulta 600306-47 passaram a ser válidas já na eleição de 2020, o que garantiu a distribuição do fundo especial de financiamento de campanha e a divisão do tempo de propaganda eleitoral gratuita de televisão proporcionais ao total de candidaturas negras lançadas por cada partido, em analogia ao que é garantido às mulheres. Tendo em vista o debate gerado em torno da ADPF e disseminado pelos meios de comunicação, assim como a decisão proferida pela Suprema Corte, pode-se dizer que a pressão para que os partidos cumprissem as obrigações gerou oportunidade para que candidaturas negras pudessem reivindicar a obediência ao primado da lei.

A iniciativa da referida deputada foi essencial para que ocorresse o debate e a reivindicação de recursos importantes para a viabilidade das candidaturas negras, o que vai ao encontro das pesquisas de Machado; Campos (2020), os quais apontam que parlamentares negros são imprescindíveis quando o assunto é promover a democratização da sociedade brasileira.

Com base no cenário descrito acima, esse capítulo se propõe a problematizar a (sub)representação de raça e gênero no Rio Grande do Sul, a partir do retrato dos resultados do pleito de 2020, com especial atenção à disputa pelo espaço nas casas legislativas municipais.

3.2. Eleições municipais de 2020: gênero e cor das eleitas

Além dos elementos citados anteriormente, a eleição de 2020 foi marcada por ser a primeira sem coligações nos cargos que disputavam a vereança, o que fez com que o número de candidaturas aumentasse 14,28% em relação à eleição anterior, de maneira que 529.617 candidaturas disputaram os cargos majoritários e proporcionais.

Destas candidaturas, 67% foram compostas por homens, enquanto que 33% foram compostas por mulheres (Quadro 8). Em relação à raça/cor 48,2%

das candidaturas se autodeclararam brancas (225.260); 39,46% pardas (209.005) e 10,46% pretas (55.410). As candidaturas autodeclaradas amarelas (1.850), indígenas (2.074) e outras não chegaram a 1% do total (Quadro 9). Os referidos dados permitem concluir que a quantidade de candidatos negros é maior que a de brancos na disputa eleitoral.[25]

Quadro 8 – Distribuição de candidaturas por gênero - eleições municipais 2020 - Brasil

Gênero	**Total de candidaturas**
Homens	352.375
Mulheres	177.238

Fonte: TSE

Quadro 9 – Distribuição de candidaturas por autodeclaração de raça/cor - eleições municipais 2020 - Brasil

Autodeclaração de raça/cor	**Total de candidaturas**
Branca	225.260
Parda	209.005
Preta	55.410
Indígena	2.074
Amarela	1.850

Fonte: TSE

Em relação às candidaturas aptas a concorrerem no Rio Grande do Sul: 65,84% dos candidatos eram homens, enquanto que 34,16% eram mulheres (Quadro 10). Do total de homens, 87,52% se autodeclararam brancos, enquanto que 11,75% eram candidatos autodeclarados negros (Quadro 11). No que se refere às candidaturas de mulheres, 86,57% se autodeclararam brancas, enquanto 12,48% se autodeclararam negras.

Quadro 10 – Distribuição de candidaturas por gênero - eleições municipais 2020 - Rio Grande Do Sul

Gênero	**Total de candidaturas**
Mulheres	11.121
Homens	21.436

Fonte: TSE

Quadro 11 – Distribuição de candidaturas por autodeclaração de raça/cor independente de gênero - eleições municipais 2020 - Rio Grande Do Sul

[25] Conforme classificação do IBGE, o agrupamento de pretos e pardos constitui a população que se denomina enquanto negro.

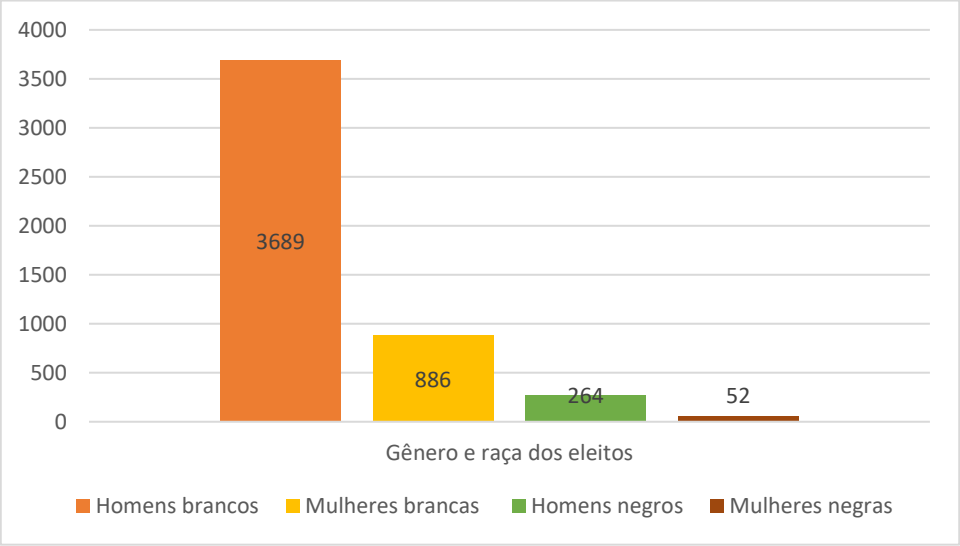
Autodeclaração de raça/cor	Total de candidaturas
Branca	28.389
Negra	3.904

Fonte: TSE

Das 3.904 candidaturas autodeclaradas negras que concorreram no estado do Rio Grande do Sul em 2020, 1.387 eram mulheres. Destas, 52 obtiveram sucesso no pleito, o que representa um aumento de 136.36% em relação ao pleito anterior, em que 22 haviam obtido sucesso eleitoral.

Ainda assim, em relação ao total de eleitos, representam apenas 1,06%, o que configura que a sub-representação é escalonada, sendo as mulheres negras aquelas que estão em menor número nos espaços de formulação de projetos e tomada de decisão. Outrossim, em 2020, o grupo com maior número de eleitos no Estado do Rio Grande do Sul foi composto por 3.689 homens brancos, seguidos por 886 mulheres brancas, 264 homens negros e, por fim, 52 mulheres negras (Gráfico 2). A partir desses dados, é possível inferir que as mulheres negras são duplamente afastadas da política, em razão do gênero e da raça, pois que figuram na posição mais baixa.

Gráfico 2 - Distribuição de candidaturas eleitas por gênero e raça - eleições municipais 2022 - Rio Grande Do Sul



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do TSE.

Quando tratamos do perfil social das 52 mulheres negras (Quadro 12) que foram vitoriosas na eleição à vereança, em 2020 percebemos que

provinham de regiões distintas do estado, assim como ocorrido no pleito anterior. Porém, essa eleição apresentou a novidade de ter mais eleitas em um mesmo município, situação restrita a Porto Alegre e Caxias do Sul, sendo que no primeiro, três foram as eleitas e no último, duas.

De maneira geral, o grau de instrução é alto, de maneira (59.61%) tiveram acesso ao nível superior de ensino, 25% ao nível médio e apenas 13,46% possuíam apenas nível fundamental. No que se refere às ocupações, 36,53% exerciam atividades de cunho administrativo ou liberal. O exercício de tarefas em áreas relativas ao cuidado, como saúde e educação é significativo, de forma que 15,38% eram professoras; 11,54% atuavam na área da saúde. Em relação ao desempenho de atividade na esfera estatal, 15,38% declararam atuar como servidoras públicas, enquanto 9,6% atuavam como agentes políticas, à frente de mandato político enquanto vereadoras.

Quadro 12 – Perfil social das vereadoras eleitas - eleições municipais 2020 - Rio Grande Do Sul

Nome	Escolaridade	Ocupação	Idade	Município	Partido
Ana Clara Brum De Barros	Superior Completo	Vereadora	54 anos	São Luiz Gonzaga	PT
Ana Lucia Silveira De Oliveira	Superior Completo	Administradora	60 anos	Erechim	MDB
Bruna Liege Da Silva Rodrigues	Superior Incompleto	Estudante	32 anos	Porto Alegre	PC do B
Caren Cristiane Da Rosa Castencio	Superior Completo	Professora	47 anos	Bagé	PT
Carla Teresa Rodrigues Menezes	Superior Completo	Professora	44 anos	Saldanha Marinho	PP
Carmelinda Da Fontoura	Superior Incompleto	Comerciante	44 anos	Taquara	PSB
Claudete Cavalheiro	Superior Completo	Agente de Saúde	45 anos	Espumoso	MDB
Daiana Silva Dos Santos	Superior Completo	Outros	38 anos	Porto Alegre	PC do B
Daiane Correa Do Canto	Fundamental Completo	Agente de Saúde	48 anos	Tavares	PP
Daniela Caitano Da Silva Oliveira	Ensino Médio Completo	Vereadora		Pontão	PT
Danúbia Dos Santos Pereira	Médio Incompleto	Outros	56 anos	Capão Da Canoa	PTB
Denise Da Silva Pessôa	Superior Completo	Vereadora	37 anos	Caxias Do Sul	PT
Eduarda Rodrigues Bressa	Médio Completo	Fotógrafa	27 anos	São João Do Polêsine	PP

Eliza Helena Andrighetti Konzen	Superior Completo	Professora	45 anos	Tuparendi	PT
Estela Balardin Da Silva	Superior Incompleto	Estudante	21 anos	Caxias Do Sul	PT
Eva Coelho Da Rosa Ribeiro	Fundamental Completo	Comerciante	49 anos	Sant'ana Do Livramento	PDT
Fatima Beatriz Da Silva Maria	Superior Incompleto	Cargo em Comissão	56 anos	Viamão	PT
Firmina Conceicao Martins Soares	Ensino Médio Completo	Secretária	55 anos	Alegrete	PDT
Gabriela Ortiz Abenel	Superior Incompleto	Estudante	23 anos	Sapucaia Do Sul	PDT
Ines Aparecida Borba	Superior Completo	Agrônoma	44 anos	Getúlio Vargas	MDB
Jane Beatriz Rodrigues Chiquine	Superior Incompleto	Enfermeira	51 anos	Santa Vitória Do Palmar	PDT
Jane Elizete Ferreira Martins Da Silva	Superior Completo	Aposentada	56 anos	Salto Do Jacuí	PDT
Jane Maria Da Conceição Franco	Fundamental Incompleto	Comerciante	56 anos	Rio Pardo	PTB
Janete Da Silva Nunes	Médio Completo	Técnica de Enfermagem	51 anos	Cândido Godói	MDB
Juliane Garlet	Superior Completo	Outros	41 anos	Ametista Do Sul	PT
Jussara Rodrigues De Andrade	Superior Completo	Professora	52 anos	Ibirubá	PT
Karen Morais Dos Santos	Superior Completo	Professora	32 anos	Porto Alegre	PSOL
Laura Soares Sito Silveira	Superior Completo	Servidora Pública	29 anos	Porto Alegre	PT
Leticia Oliveira Da Rosa	Médio Incompleto	Auxiliar de Escritório	38 anos	Guaíba	SOLIDARIEDADE
Lins Robalo	Superior Completo	Servidora Pública	37 anos	São Borja	PT
Luana Camacho Vais				Candiota	PT
Maria Do Carmo Da Silva Santos	Médio Incompleto	Técnica em Enfermagem	62 anos	Taquari	PDT
Maria Elizete Da Silva Piuco	Médio Completo	Outros	31 anos	São Pedro Das Missões	PP
Maria Helena Morrudo Castro Vicente	Superior Completo	Advogada	57 anos	São Vicente Do Sul	PP
Maria Inês Pagno	Médio Completo	Cozinheira	48 anos	Pinto Bandeira	PDT
Marilene Terezinha Corrêa	Médio Completo	Servidora Pública	46 anos	Alegria	MDB
Paulina De Lourdes Da Silva Dias	Fundamental Completo	Servidora Pública	47 anos	Itatiba Do Sul	PT
Priscila Maria Dalpubel Chagas	Superior Incompleto	Empresária	28 anos	Garibaldi	MDB
Queli Gomes Ferreira	Superior	Vereadora	37 anos	Itaqui	PL

	Incompleto				
Raquel Pinheiro	Ensino Médio Completo	Servidora Pública	30 anos	Sagrada Família	PT
Rosa Marlene Martins Fülber	Fundamental Completo	Servidora Pública	43 anos	Coqueiros Do Sul	PP
Rosane Maria Cezar Fim	Ensino Médio Completo	Agricultora	48 anos	Independência	PTB
Rosimeri Machado Palhano	Superior Incompleto	Servidora Pública	49 anos	São José Dos Ausentes	PSB
Sandra Mari Soares	Superior Completo	Outros	46 anos	Jacutinga	PT
Sandra Mary Almeida Mattjie	Superior Completo	Aposentada	56 anos	Chapada	PP
Scheila Catiucia Fagundes Cassineli	Superior Completo	Pedagoga	41 anos	Boa Vista Das Missões	PP
Selmari Etelvina Souza Da Silva	Superior Completo	Vereadora	51 anos	Vacaria	PT
Simone Tadiotto	Superior Completo	Professora	52 anos	Rolante	PSB
Tanira Ramos Dos Santos Martins	Médio Completo	Outros	51 anos	Hulha Negra	PTB
Telda Da Silva Assis	Superior Completo	Professora	59 anos	Cachoeira Do Sul	PT
Vanessa Lima De Oliveira	Fundamental Incompleto	Outros	38 anos	São José Do Norte	PSL
Vitória De Fátima Brocardo Bunini	Fundamental Completo	Agente de saúde	48 anos	Vitória Das Missões	MDB

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do TSE.

Em relação ao pertencimento partidário, o PT foi o partido que elegeu o maior número de vereadoras negras, perfazendo um total de 17 eleitas. Na segunda posição, o PP, que elegeu oito candidatas; já o PDT e o MDB elegeram sete; quatro, pelo PTB; três foram eleitas pelo PSB; PSOL; PSL e SOLIDARIEDADE elegeram uma. Os dados revelam que nesse pleito o maior número de mulheres negras eleitas no Rio Grande do Sul está localizado nos partidos de esquerda e centro-esquerda, diferentemente dos resultados do pleito anterior.

Quanto aos recursos financeiros (Quadro 13), 65,38% das eleitas receberam alguma porcentagem do FEFC, o que representa uma mudança significativa com relação à eleição anterior, em que apenas 41% haviam recebido alguma parcela de financiamento dos partidos. Para além desse dado, chama a atenção a disparidade dos valores e a relação com quantidade de votos, pois que em algumas situações houve candidatas que receberam mais

recursos e fizeram menor votação. Aliás, é importante enfatizar que a disparidade na distribuição dos recursos financeiros pode estar relacionada à ausência das setoriais de negritude e de mulheres em âmbito local, que poderiam exercer pressão no sentido de reivindicar que mais recursos sejam destinados à realização das campanhas.

Outra modalidade de arrecadação de recursos para campanhas a ser mencionada é o financiamento coletivo, o qual foi utilizado somente pelas eleitas em Porto Alegre. Essa forma de arrecadação de recursos de campanhas é realizada por meio de plataformas digitais, em que pessoas físicas podem realizar doação até o limite de R$1.604,10.

Quadro 13 – Financiamento de campanha e quantidade de votos

Candidata	**Recursos recebidos (R$)**	**Votos obtidos**
Karen Morais Dos Santos*	229.158,36	15.702
Bruna Liege Da Silva Rodrigues*	226.853,56	5.366
Laura Soares Sito Silveira*	98.458,92	5.390
Daiana Silva Dos Santos*	76.022,50	3.715
Ana Lucia Silveira De Oliveira*	64.604,76	2.032
Denise Da Silva Pessôa*	45.669,18	5.117
Danúbia Dos Santos Pereira*	22.997,56	644
Fatima Beatriz Da Silva Maria*	22.080,04	1045
Estela Balardin Da Silva*	19.883,94	2.391
Ana Clara Brum De Barros	18.685,00	1.330
Caren Cristiane Da Rosa Castencio*	12.433,00	1016
Lins Robalo*	10.848,00	678
Telda Da Silva Assis*	8.745,12	461

Rosane Maria Cezar Fim*	7.812,58	184
Jussara Rodrigues De Andrade*	6.727,00	319
Maria Helena Morrudo Castro Vicente	6.080,00	400
Selmari Etelvina Souza Da Silva*	6.000,00	385
Daniela Caitano Da Silva Oliveira	5.630,00	159
Queli Gomes Ferreira	5.223,78	324
Carla Teresa Rodrigues* Menezes	4.797,00	149
Luana Camacho Vais*	4.517,40	274
Vanessa Lima De Oliveira	4.430,00	379
Leticia Oliveira Da Rosa*	3.541,95	461
Maria Do Carmo Da Silva Santos*	3.423,48	856
Firmina Conceicao Martins Soares*	3.225,00	724
Sandra Mari Soares*	2.887,00	162
Janete Da Silva Nunes*	2.835,50	426
Gabriela Ortiz Abenel*	2.824,80	1512
Jane Maria Da Conceição Franco	2.787,40	522
Jane Beatriz Rodrigues Chiquine	2.757,00	516
Jane Elizete Ferreira Martins Da Silva*	2.686,50	229
Claudete Cavalheiro*	2.638,53	264
Tanira Ramos Dos Santos Martins*	2.402,40	219
Priscila Maria Dalpubel Chagas*	2.274,46	1023
Marilene Terezinha Corrêa	2.266,90	140
Scheila Catiucia Fagundes Cassineli*	2.196,10	132

Raquel Pinheiro	2.010,00	240
Eduarda Rodrigues Bressa*	2.000,00	93
Maria Elizete Da Silva Piuco*	1.950,00	75
Paulina De Lourdes Da Silva Dias*	1.773,13	179
Eliza Helena Andrighetti Konzen	1.730,00	217
Daiane Correa Do Canto	1.659,50	203
Sandra Mary Almeida Mattjie	1.505,35	262
Juliane Garlet	1.400,00	140
Rosa Marlene Martins Fülber	1.400,00	114
Simone Tadiotto	1.394,30	371
Maria Inês Pagno	1.230,00	109
Carmelinda Da Fontoura*	1.222,00	540
Ines Aparecida Borba	1.060,00	287
Eva Coelho Da Rosa Ribeiro*	885,00	1358
Rosimeri Machado Palhano*	828,70	229
Vitória De Fátima Brocardo Bunini	350,00	201

Fonte: elaborado pela autora com base em dados do TSE e do TRE/RS.
*Candidatas que receberam recurso financeiro do partido.

Com relação ao recurso financeiro recebido e o desempenho eleitoral, Karen Morais dos Santos (PSOL)[26] obteve o valor mais alto, bem como o maior número de votos, o que lhe alçou à condição de vereadora negra mais votada da história do Rio Grande do Sul. Bruna Liege Da Silva Rodrigues (PC do B) e Laura Soares Sito Silveira (PT), estreantes na política institucional, também receberam recursos financeiros expressivos e obtiveram as maiores votações

[26] Karen Morais dos Santos exercia o mandato de vereadora desde 2019, quando passou a ocupar a cadeira que pertencia à Fernanda Melchiona (PSOL), eleita para o cargo de deputada federal, em 2018.

em números absolutos de votos dentre as mulheres negras que foram eleitas nesse pleito.

As demais eleitas apresentaram disparidade entre recurso financeiro e quantidade de votos obtidos, de maneira que candidatas com maior financiamento obtiveram menos votos do que aquelas que receberam menos recursos. Nesses casos, outras questões podem intervir, tais como a trajetória da candidata e o tamanho do município. Como exemplo da influência da trajetória política, temos a votação da estreante Daiana Silva dos Santos (PCdoB), quarta colocada em termos de recurso de campanha, e a de Denise da Silva Pessôa (PT), que obteve mais votos mesmo com menos recurso. Esta já exercia mandato parlamentar em seu município desde 2009, fator importante que pode ser sido importante para a reeleição.

3.3. Problematizando os resultados: mulheres negras radicalizando a política

Importa destacar que embora as mulheres negras correspondam, atualmente, apenas 1,06% das cadeiras que compõem os parlamentos municipais do Rio Grande do Sul, algumas eleitas representam a principal possibilidade de mudança da política e da sociedade riograndense, a partir dos valores que carregam e dos questionamentos que apresentam sobre a estrutura da sociedade. Tendo em vista esse argumento, trataremos da análise ancorada nas leituras mencionadas no início desse trabalho e com base nos materiais que coletamos nos sítios oficiais das parlamentares e das câmaras de vereadoras as quais estavam vinculadas.

Conforme mencionado anteriormente, duas das maiores cidades do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Caxias do Sul, elegeram mais de uma vereadora negra. As eleitas de Porto Alegre, chegaram a formar a denominada Bancada Negra[27], que se propunha à defesa dos interesses da população negra, caracterizada por um discurso estético e político que reivindica e reafirma a agenda política formulada e colocada em prática desde a emergência do feminismo negro brasileiro. Um dos projetos propostos pelo grupo e que obteve aprovação da Câmara foi o *"Dossiê das Mulheres"* que consistirá na elaboração

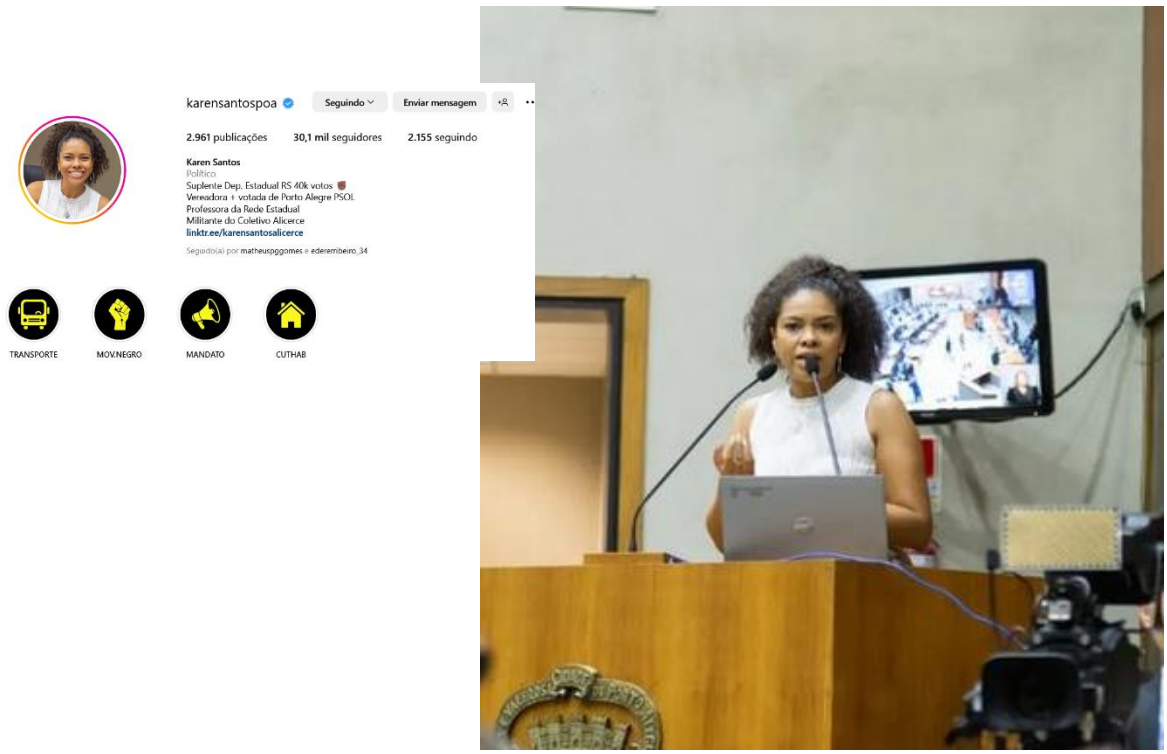
[27] Além das parlamentares mencionadas, Matheus Gomes (PSOL) também compunha a referida Bancada.

e publicização de estatísticas periódicas sobre as mulheres atendidas pelas políticas públicas no Município de Porto Alegre.

Karen Morais dos Santos (Figura 5), a mais votada da capital, tem trajetória política ligada ao movimento estudantil, a partir de sua formação na UFRGS, onde também participou da construção da implementação das ações afirmativas da Universidade. É professora de educação física da rede estadual e também integra a Frente Quilombola do RS, composta por integrantes dos quilombos urbanos de Porto Alegre. Em suas redes sociais, é possível acompanhar as suas atividades em diferentes territórios da capital e as denúncias que desfere ao executivo municipal. Em seu site encontra-se a seguinte descrição: “é uma lutadora contra a discriminação racial e o genocídio da juventude negra, contra o machismo e em defesa da igualdade entre homens e mulheres, em defesa dos direitos da população – sobretudo do trabalho digno, da educação e da saúde públicas e de qualidade e da moradia” (site). Define-se como representante de um mandato coletivo, formado por militantes de diversas causas, autodenominado *“Mandato do Povo que Batalha”*.

Em suas redes sociais, é possível encontrar posts relativos às seguintes pautas: melhorias no transporte público de qualidade, à luta contra a discriminação racial, educação de qualidade, pelo reconhecimento e garantia de direitos dos trabalhadores terceirizados.

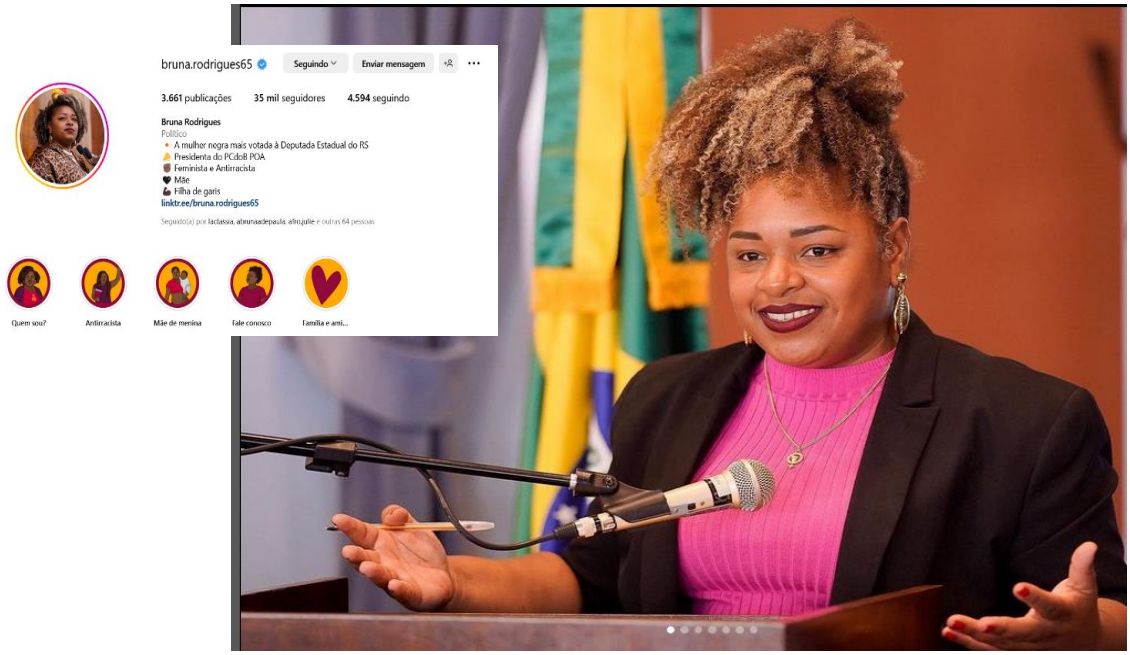
Figura 5 – Karen Morais dos Santos (PSOL)



Fonte: https://www.instagram.com/karensantospoa/ e https://www.instagram.com/p/CpvcM2Jrut9/

Bruna Liege da Silva Rodrigues (Figura 6)[28], é oriunda da Vila Cruzeiro, bairro periférico de Porto Alegre e filha de garis. Em relação às atividades políticas, presidiu a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA) e a União da Juventude Socialista (UJS). Dentre os projetos de sua autoria na Câmara de Vereadores, destacam-se os que instituem a Política de Saúde Integral da População Negra de Porto Alegre, do Programa Municipal de Apoio Social e Psicológico de Crianças e Adolescentes que se Tornaram Órfãos devido à Perda de Mães ou Responsáveis Vítimas de Feminicídio; o que institui o Selo Igualdade Racial e o requerimento para a criação da Frente Parlamentar em Defesa da População de Rua de Porto Alegre.

Figura 6 – Bruna Liege da Silva Rodrigues



Fonte: https://www.instagram.com/p/CqnSH5FOeHh/

Daiana Silva dos Santos (Figura 7)[29], educadora social e sanitarista e filha de empregada doméstica, foi a primeira vereadora assumidamente LGBTQI+ a ocupar uma cadeira na capital, tendo sua atuação voltada à

[28] Eleita deputada estadual em 2022, figurando como a quarta mais votada e a deputada negra mais bem votada.
[29] Eleita deputada federal em 2022, a primeira negra e LGBTI+ a assumir uma cadeira federal pelo Rio Grande do Sul.

construção de projetos relativos à diversidade de gênero, de maneira que entre os projetos de sua autoria aprovados estão o que inclui o dia municipal do enfrentamento ao lesbocídio no calendário de datas comemorativas e de conscientização do município de Porto Alegre, e o que inclui o dia da visibilidade bissexual.

Figura 7 – Daiana Silva dos Santos

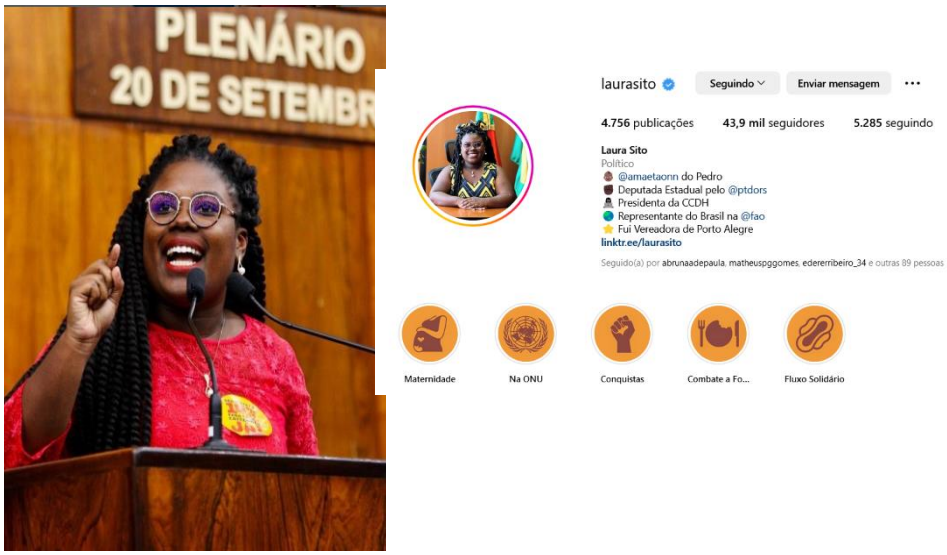
Fonte: Instagram https://www.instagram.com/daianasantospoa/

Laura Soares Sito Silveira (Figura 8)[30], servidora pública do município de Porto Alegre e teve atuação no movimento estudantil, em que ocupou cargos diretivos em grêmio estudantil e na União Brasileira de Secundaristas (UBES). Por ser uma das fundadoras de uma rede de 13 cozinhas comunitárias na capital gaúcha, ocupa o posto de Representante da Frente Parlamentar de Combate à Fome na América Latina e Caribe. Entre seus projetos, pode-se citar os que instituem o Programa Municipal de Enfrentamento e Prevenção à

[30] Eleita deputada estadual em 2022, sendo a primeira deputada negra eleita pelo PT no Rio Grande do Sul.

Violência Doméstica e Familiar, Sexual e de Gênero Contra a Mulher nas escolas da rede municipal de ensino e a Política Municipal de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Pessoas com Identidade de Gênero Não-Binária (LGBTI+) no Município de Porto Alegre.

Figura 8 – Laura Soares Sito



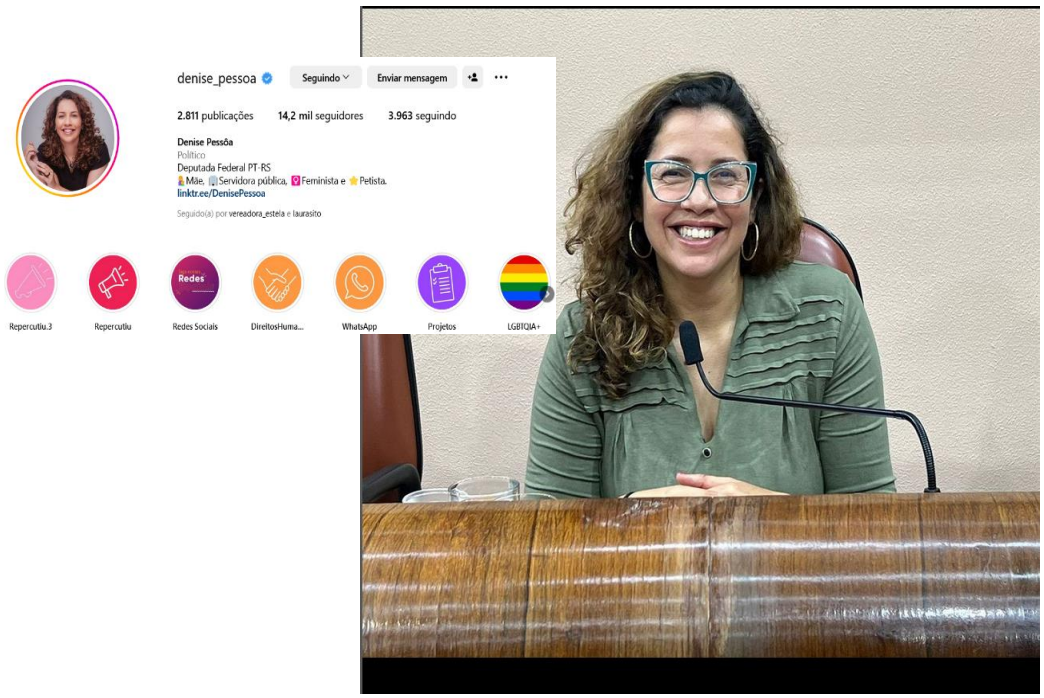
Fonte: Instagram https://www.instagram.com/p/Cq5TZt1Oqr8/ e https://www.instagram.com/laurasito/

A terceira maior cidade do interior gaúcho, Caxias do Sul, elegeu duas mulheres negras. A primeira delas, Denise da Silva Pessoa (Figura 9)[31], como mencionado anteriormente, conquistou o terceiro mandato como vereadora do citado município. Sua trajetória política é marcada pela atuação no movimento estudantil, em que exerceu as seguintes funções: foi presidenta do Diretório

[31] Eleita deputada federal em 2022.

Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Caxias do Sul; vice-presidenta do Diretório Central dos Estudantes da mesma universidade; diretora da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura. Em termos de representação de entidades da sociedade civil, atuou como conselheira no Conselho Municipal de Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural, Caxias do Sul, RS; no Conselho Municipal de Juventude, Caxias do Sul e no Conselho Estadual das Cidades.

Figura 9 – Denise da Silva Pessôa

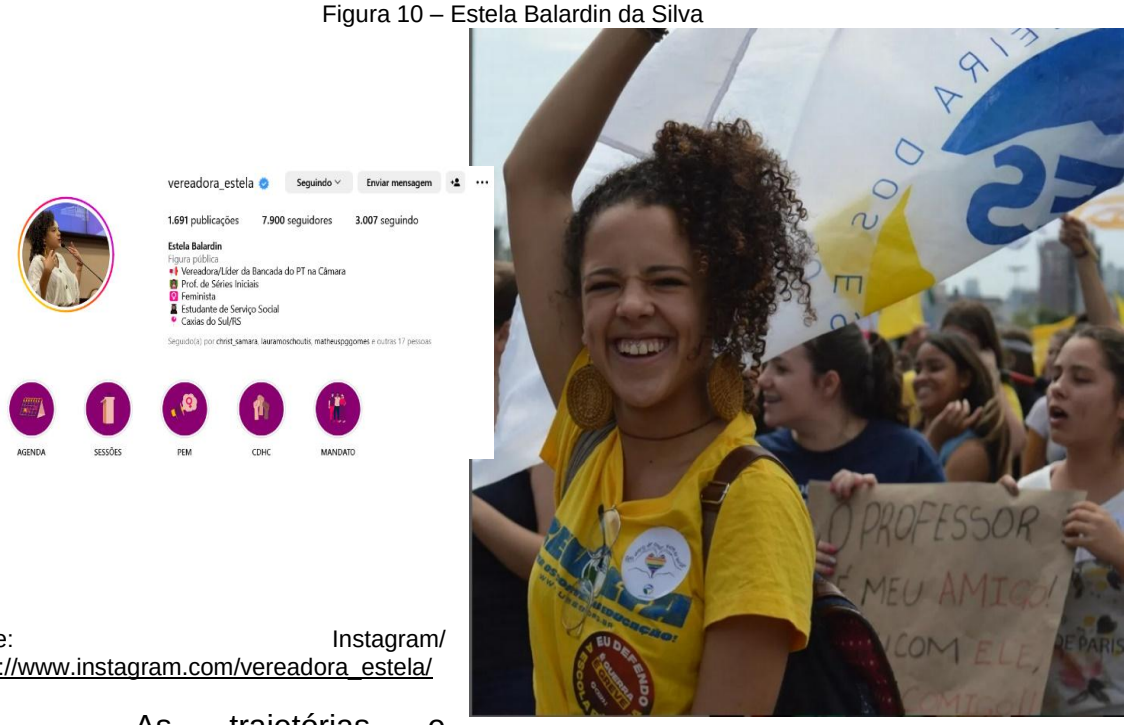


Fonte:https://www.instagram.com/p/Cli0nuJO_IB/ e https://www.instagram.com/denise_pessoa/

Estela Ballardin (Figura 10), a segunda vereadora eleita, então com 21 anos, foi a mais jovem eleita entre as mulheres negras e a mais jovem vereadora eleita da história de Caxias do Sul. Professora das séries iniciais, iniciou sua trajetória no Movimento Estudantil, tendo sido presidenta do Grêmio Estudantil da Escola Cristovão de Mendonza e Presidente da União Caxiense

de Estudantes Secundaristas (UCES). Também possui engajamento nos movimentos feministas e de combate ao racismo.

Figura 10 – Estela Balardin da Silva



Fonte: Instagram/ https://www.instagram.com/vereadora_estela/

As trajetórias e atuações das vereadoras em questão têm em comum a passagem pelo movimento estudantil e a atuação relacionada com pautas feministas e antirracistas, as quais são divulgadas em suas redes sociais. Com exceção de Estela Balardin da Silva, as demais assinaram compromisso com a Agenda Marielle Franco (2020)[32]. Ao fazê-lo, comprometeram-se em atuar em prol dos seguintes eixos: justiça social e econômica; justiça racial e segurança pública; gênero, sexualidade e saúde reprodutiva; direito à cidade, à favela e à periferia; saúde pública, gratuita e de qualidade; educação pública; gratuita e transformadora; cultura e memória e justiça ambiental e climática e direito à terra e ao território, o que vai ao encontro do projeto de justiça social e emancipação presente na agenda do feminismo negro.

Conforme os dados elencados ao longo do trabalho, o poder político se apresenta a partir da super-representação de homens brancos, isto é, se configura nos termos do pacto narcísico da branquitude, Bento (2022), relativa a uma visão de mundo que se concretiza em práticas de dominação do grupo racial hegemônico, que subjuga o grupo racial que se encontra em condição de

[32] Iniciativa do Instituto Marielle Franco, com vistas a garantir o legado da vereadora Marielle Franco, a partir das pautas que ela defendia. Ocorreu também no ano de 2022, conforme é possível visualizar em: https://www.agendamarielle.com/politicas.

subalternidade. De acordo com a autora, essa conservação e distribuição do poder se estabelece a partir de

> [...] pactos não verbalizados, não formalizados. Pactos feitos para se manter em situação de privilégio, higienizados da usurpação que os constituiu. E que se estruturam nas relações de dominação que podem ser de classe, gênero, de raça e de etnia e de identidade de gênero, entre outras. (BENTO, 2022, p.120)

Em nosso trabalho, entendemos que esses pactos apresentam dominação de gênero e raça, de forma combinada, pois que a sub-representação política apresenta diferentes escalas, de modo que as mulheres negras constituem o grupo daquelas que estão no último degrau, as que estão mais afastadas dos espaços de poder. Essa constatação se aproxima daquilo que Luiza Bairros (1995, p. 465) denomina como o fenômeno das múltiplas opressões, em que *"a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos"*. Com isso, as mulheres negras são discriminadas não somente pelo gênero, mas também pelo seu pertencimento racial e em muitos casos, por estarem localizadas em classe social baixa, o que constitui obstáculo para alcançar posições de poder.

Participar da política, nesses casos, se constitui em tarefa árdua, em razão do imaginário social construído em torno das mulheres negras brasileiras, que comumente as associa a papeis de subalternidade, pelo desempenho de atividades associadas ao cuidado e à exploração, como é o caso do trabalho doméstico. A partir da organização em movimentos sociais, é que subvertem essa lógica e passam a questionar os estereótipos. Inclusive, quando passam a ocupar cadeiras no parlamento tensionam o próprio lugar atribuído às domésticas e garis, como é possível visualizar nos casos de duas vereadoras eleitas em 2020, as quais entusiasmadamente mencionam a origem das suas mães nesses trabalhos. Essa postura vai ao encontro do conceito de autodefinição, trabalho na obra de Patricia Hill Collins (2019):

> Quando nós, mulheres negras, nos definimos, claramente rejeitamos o pressuposto de que aqueles em posição que lhes garante autoridade para interpretar nossa realidade têm legitimidade para tanto. Mesmo sem levar em conta o conteúdo real das autodefinições

> das mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição da mulher negra valida o poder das mulheres negras como sujeitos humanos. (s.p, online)

Nesse sentido, ao se autodefinirem, essas mulheres negras reposicionam a imagem que a sociedade lhes atribui, situando-se como sujeitas capazes de tomar ações políticas que produzam justiça social e reconhecimento. Do mesmo modo, as iniciativas produzidas por mulheres negras de diversas organizações, têm sido fundamentais para possibilitar que mulheres negras de diferentes gerações possam vocalizar suas demandas no espaço público. Nos últimos anos, plataformas que problematizam a sub-representação política de negras na política e reivindicam maior espaço têm sido constituídas, conforme expresso anteriormente. Elas têm atuado na mobilização da sociedade e chamado atenção para a persistência dessa desigualdade, a partir da realização de atividades de formação e da produção de materiais que tratam da questão. O documento “Por que votar em mulheres negras: balanço dos mandatos das parlamentares (2019-2023)”, produzido pela plataforma Mulheres Negras Decidem é um dos exemplos. Nele, as autoras apresentam a crítica à baixa representação e apresentam os perfis das 58 deputadas federais e estaduais autodeclaradas pretas e pardas. Além de conclamar a população brasileira a votar em mulheres negras, concluem que o exercício do poder político dessas mulheres foi importante para o desenvolvimento do país, uma vez que no período estudado propuseram mais 8.000 projetos de lei, nas áreas de saúde, educação e combate ao racismo.

Figura 11 – Capa do Documento Por que votar em mulheres negras (2020)

Fonte: Site Mulheres Negras Decidem, disponível em: https://mulheresnegrasdecidem.org/balanco-dos-mandatos-das-parlamentares-negras/

Importa elucidar que essas iniciativas ocorrem justamente em época marcada pela desdemocratização da sociedade brasileira, quando as instituições políticas são desmanteladas sub-repticiamente, de modo a atingir os setores mais vulneráveis. A reação das mulheres negras vai na contramão desse projeto, pois é justamente nesse momento que se multiplicam as práticas que reivindicam assento no parlamento. Diferentemente da década de 1980, em que Lélia Gonzalez era voz quase solitária na crítica à omissão dos partidos de esquerda no tocante à questão racial[33], pois que eram instituições fortemente estruturadas com base na discussão classista; a atualidade se mostra oportuna para reivindicações que buscam radicalizar a democracia brasileira, uma vez que emergem à cena política diversas jovens identificadas com o feminismo negro, as quais revisitam e atualizam o pensamento construído por feministas de gerações anteriores principalmente nos anos 2010 (RODRIGUES, FREITAS, 2021). À vista disso, de norte a sul do Brasil, é possível encontrar iniciativas que tensionam a cor e o gênero do poder, o que ocorre após a implementação de ações afirmativas para ingresso nas universidades públicas e se intensificam com a indignação provocada após a execução da vereadora Marielle Franco, ocorrida em 2018.

Considerações Parciais

Ao longo desse trabalho, nos ocupamos da sub-representação das mulheres negras, com enfoque nas duas últimas eleições ocorridas no estado do Rio Grande do Sul. Primeiramente, as mulheres negras eleitas tiveram maior acesso ao FEFC em comparação com as eleições de 2016, algo fundamental para a construção das campanhas. Consideramos que embora tenha acontecido um acréscimo de 136% entre um pleito e outro, elas são apenas 1,06% do total de eleitos, o que explicita que o gênero é mais explicativo da sub-representação do que raça isoladamente, já que os homens brancos obtêm mais sucesso que as mulheres brancas, assim como os homens negros logram mais êxito que as mulheres negras.

[33] PDT, MDB e PT foram partidos pioneiros no que se refere a ter instâncias específicas para debate das questões raciais.

Dentre as eleitas, a maioria é oriunda de partidos de centro-esquerda, com destaque para PT e PDT e diferentemente do pleito anterior, dois municípios elegeram mais de uma mulher negra para ocupar cadeiras em suas Câmaras de Vereadores. E são essas as que mais se aproximam do projeto de justiça social formulado pelo pensamento feminista negro, que carrega em seu interior a luta pela emancipação coletiva, marcada pela autodefinição, que põe em questão os estereótipos historicamente atribuídos às mulheres negras.

Em suma, embora a sub-representação seja a marca principal da política institucional, as demandas apresentadas pelas gerações anteriores do feminismo negro são reformuladas pelas novas gerações de feministas, as quais carregam para a política institucional os seus anseios por uma sociedade mais igualitária, que possibilite uma maior representação de mulheres negras, como é exemplificado em mandatos de parlamentares pelo país afora, assim como por plataformas que são construídas de forma voluntária e que se propõem a convocar a sociedade a apostar no trabalho político construído por mulheres negras.

CONCLUSÃO

A sociedade brasileira é permeada por uma cultura em que os discursos políticos hegemônicos tratam como algo natural mulheres fora do espaço político, de maneira que a atuação partidária não é incentivada, o que mantém a conservação de poder e a distribuição do poder entre homens brancos. Essa condição tem sido largamente questionada pelas teóricas políticas do feminismo, o que propiciou a criação de ações afirmativas desenhadas ainda na década de 1990 para dirimir as desigualdades de gênero na política, a quais se mostram ainda insuficientes uma vez que as mulheres compõem 52,5% do eleitorado e são apenas 16% das prefeitas e 12% das vereadoras eleitas em nível nacional.

De acordo com Birolli (2017), um dos principais fatores que afeta a ausência das mulheres na política pode ser atribuído ao papel da participação destas estar restrita ao espaço privado, o que reduz o tempo que poderiam dedicar à política. No entanto, quando lançamos o olhar para a situação específica das mulheres negras, percebe-se que elas não apenas atuam no seu próprio espaço doméstico e familiar, já que atuam também no espaço privado pertencente a outras famílias (GONZALEZ, 2018). Isso faz com que as mulheres negras tenham maior dificuldade de ocupar o espaço público, fator que está atrelado aos estereótipos construídos pela sociedade.

Assim, as poucas que conseguem obter êxito na carreira política acabam por ter seu desempenho questionado inclusive por colegas parlamentares. Não obstante, em um contexto de ascenso das violências, acabam por sofrer ameaças endereçadas a si e a seus familiares, como temos visto em notícias publicizadas nos mais diversos meios de comunicação[34].

Quando olhamos isoladamente para mulheres negras, é possível perceber que elas estão ainda mais distantes dos espaços de poder, conforme ilustrado pela presente dissertação, a qual teve como proposta a problematização da sub-representação das mulheres negras na política brasileira. À vista disso, coletamos e analisamos os dados referentes às candidaturas de candidatas autodeclaradas pardas e pretas, nas eleições

[34] Matéria do Sul 21 retrata a violência sofrida por vereadoras que integraram a Bancada Negra. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/politica/2021/12/vereadoras-da-bancada-negra-de-porto-alegre-sao-ameacadas-de-morte/

municipais de 2016 e 2020, ocorridas no Rio Grande do Sul. Concluímos que a sub-representação se confirma nos dois pleitos, ainda que com resultados distintos: no primeiro, o maior número de vereadoras eleitas está no espectro ideológico de direita e o acesso aos recursos financeiros partidários é reduzido; no segundo pleito, o maior número das eleitas tem origem nos partidos de esquerda e centro esquerda e, além disso, houve maior recebimento de financiamento oriundo dos partidos. Assim, enquanto que no pleito de 2016, foram eleitas apenas 22 mulheres autodeclaradas pretas e pardas, no Rio Grande do Sul; em 2020, 52 foram as eleitas, o que representa um acréscimo de 136%. Dado o contexto, esse aumento é significativo e pode ter sofrido influência da ADPF 739 e da consulta realizada pela deputada federal Benedita da Silva, a qual conseguiu garantir a aplicação do FEFC e do tempo de propaganda eleitoral gratuita para candidaturas negras. Ainda assim, essa situação não altera o fato de serem apenas 1,06% das eleitas no estado, constituindo o grupo com menor sucesso eleitoral.

Nos últimos anos, a discussão sobre representação política e raça tem sido levantada pelas jovens feministas negras, as quais têm construído iniciativas que buscam mudar a cor e o gênero do poder político. Ao fazerem isso, se autodefinem enquanto sujeitas políticas, de modo que reatualizam teorias e práticas políticas construídas desde o advento do feminismo negro no país. As práticas políticas reverberam inclusive no Rio Grande do Sul, principalmente em 2020, quando mesmo em uma crise sanitária de alcance mundial candidatas negras eleitas expressam uma gramática que reivindica um horizonte de justiça social e emancipação, a partir da denúncia do racismo, do sexismo e da lesbofobia.

Em suma, na atualidade, a cobrança pela ampliação da pluralidade da representação está colocada no debate público, a partir da compreensão de que o Brasil é composto por uma população de maioria negra e que esta deve ter a possibilidade de ocupar cadeiras nos espaços de tomada de decisão. Para além disso, entendem que as inúmeras violências cometidas contra grupos racializados estão relacionadas às relações de dominação que garantem a manutenção do poder nas mãos da branquitude, relações de dominação que precisam ser desmanteladas. Desmantelar esses pactos de poder constitui grande desafio, pois significa colocar em xeque o discurso

hegemônico, o qual ainda guarda resquícios da “democracia racial” e que se constitui pelo racismo estrutural, que está entranhado na política, na economia e nas demais instituições de poder (ALMEIDA, 2018).

Por fim, em nosso trabalho buscamos problematizar a sub-representação política das mulheres negras a partir dos dados referentes às eleições municipais de 2016 e 2020, ocorridas no Rio Grande do Sul. Esperamos ter contribuído para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa e de política que almeja uma sociedade radicalmente democrática e representativa da pluralidade pela qual é constituída, em que as sujeitas tenham a possibilidade de se autodefinirem para que possam colocar em prática seus projetos de justiça social, em consonância com as lutas engendradas por mulheres negras desde muito antes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléa de. **Território de Afetos:** práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. 302 p. 2018.Tese. (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas.

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6.

ALTMANN, Cristina. A política no "feminino": diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela câmara de deputados (1950-2015). Tese. (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 167p.2019.

ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, *[S. l.]*, n. 2, p. 23–59, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1604.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. Dados 44 (1) • 2001.

AVILA, Carla Silva de . A princesa batuqueira: etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana em Pelotas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas, 190 p.2011.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Revista Estudos Feministas. Santa Catarina. v. 3, n. 2 (1995).

BALHEGO, Alisson Barcellos. **Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia: Ações de Liberdade em Canguçu (1868 – 1887)**. Dissertação

(Mestrado em História): Universidade Federal de Pelotas, 2020, 194 p.

BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, vol. 4, n. 2, 2018

BARRETO, Raquel de Andrade. Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

BENTO, Aparecida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras,2022.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. Lua Nova (102), 2017.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v.35, 2009.

BUENO, Winnie.Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BRASIL. Emenda constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017. Disonível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm Acesso em 21/0/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de de Descumprimento de Preceito Fundamental 738.Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5997127 Acesso em 21/01/2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Consultas. Disponível em: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/arquivos/tse-consulta-0600306-47-voto-ministro-luis-roberto-barroso-30-06-

2020/@@download/file/CTA%20n%C2%BA%200600306-47%20-%20Voto%20MLRB.pdf . Acesso em 12/11/2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral.Estatísticas Eleitorais. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais. Acesso em: 12/11/2021.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral. Resultados das Eleições. Disponível em: https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes Acesso em 12/11/2021.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO,Carlos .A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. Rev. Bras. Ciênc. Polít. (16) • Jan-Apr 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO,Carlos. **Raça e Gênero nas Eleições de 2020:** avanços e desafios. Ficha Técnica da Friedrich-Ebert-Stiftung. 2021. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17617.pdf Acessado em 22/08/2021.

CANDIDO, Marcia Rangel; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. **Desigualdades na elite da ciência política brasileira**. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 19 (3) Sep-Dec 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/bKKpMnKMWNpP73xcs6X4Mrz/?lang=pt

CARDOSO, Claudia Pons. **Por uma Epistemologia Feminista Negra do Sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil**. Anais 11º Fazendo Gênero. 2017.Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_ARQUIV O_simposiotextofazendogenero13.pdf . Acesso em: 10/10/2020.

CARNEIRO, Sueli. **Raça informa classe no Brasil.** Revista Cult. Número 223, 2017. (Entrevista)

CARNEIRO, Sueli. Carneiro. **Mulheres em movimento.** *Estudos Avançados*,*17*(49),117-133. (2003) Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948 Acessado em 19/08/2021

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro, Revista Sociedade e Estado, Volume 31 Número 1, Janeiro/Abril 2016, p. 99-127.

COLLINS Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento,consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial,2019.

CRESWELL, John W.; CRESWELL; J.David. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**.5.ed. Porto Alegre: Penso, 2021.234 p.

DUARTE, Andressa M. Mulheres negras, eleições, política e poder: ativismo com baixa resposta eleitoral no Rio Grande do Sul.Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

FESPSP. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. 2018. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2018.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102.
Acesso em: 24 out. 2021.

FIGUEIREDO, Angela; GROSFOGUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras.

Cienc. Cult.,São Paulo,v. 59,n. 2,Junho 2007

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.* Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-14/ Acessado em 18/08/2021.

GARRIDO, M. C. de M. Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 435 - 463, 2018.

GERMANO, Íris. Carnavais de Porto Alegre: etnicidade e territorialidades negras no Sul do Brasil. In: RS negro [recurso eletrônico] : cartografias sobre a produção do conhecimento / organizadores Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: MarcoZero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra, essa quilombola**. In: Primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo por omissão**. In: Primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na sociedade brasileira.** In: Primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil . Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=735. Acesso em 20/10/2020.

JOHNSON III, O. A. Representação racial e política no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro. N. 38, p.7-29. 2001.

LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle. **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras, 2021.

MAESTRI, Mário. História e historiografia do trabalhador escravizado no rio grande do sul. *História Revista*, *11*(2),2010.

MARQUES, Danusa; CELINI, Túlio. P.; SANTOS, Laura. F. dos. Carreiras Políticas De Mulheres No Brasil: Aprofundando O Debate A Partir Da Nova Bancada Feminina Da Câmara Dos Deputados (2019-2022) . **Revista Feminismos**, *[S. l.]*, v. 9, n. 2, 2022. DOI: 10.9771/rf.v9i2.43297. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/43297.

MERTENS,Donna M. **Transformative Mixed Methods Research.** Journal Qualitative Inquiry, 16 (6) 469-474, 2010. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1077800410364612

MIGUEL, Luis F.; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras política: vertentes explicativas. Revista Estudos Feministas. Volume 8, n.3, 2010

MOREIRA, Núbia. B. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo.** 2007.120 f.

Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo
mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita:* uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018.Zahar:2020.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. O negro e o poder no Brasil: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. **Caderno CRH**.Suplemento, Salvador, v. 4, p. 94-116, 1991.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. O NEGRO E O PODER NO BRASIL: uma proposta de agenda de pesquisa. 2002.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social**. 2016. 235p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

PEREIRA, A. da S.; SOUZA , C. A. da S.; OLIVEIRA , C. L. P. . Eleições Municipais 2012 e 2016 e a Sub-Representação Feminina: A Influência de Fatores Político-Institucionais. **Resenha Eleitoral**, Florianópolis, SC, v. 25, n. 1, p. 165–182, 2021

Pereira Oliveira, Maria Luisa. Refletindo sobre violência de gênero e mulheres negras : a experiência da Ong Maria Mulher/ Porto Alegre – Brasil. *Athenea digital*, 2008, n.º 14, pp. 281-290.

PEREIRA. Wescrey. Portes. **Raça e Eleições: os obstáculos à ascensão política de vereadores negros no Rio de Janeiro**. Anais 42° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Acessado em 10/09/2020. Online. Disponível em :https://192.190.81.132/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/sp g-5/spg3

PETRONE, Talíria. 123ª Sessão Deliberativa Extraordinária da Câmara dos Deputados (Virtual). Disponível em: https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/60186. Acesso em 21/02/2023.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? Rev. Bras. Ciênc. Polít. (6),Dez 2011.

PINHEIRO, Adevanir A. O espelho quebrado da branquidade: aspectos de um debate intelectual, acadêmico e militante. São Leopoldo: Casa Leiria, 2014.

PINTO, Ana Flávia M.; FREITAS, Felipe da S. Luiza Bairros – uma “bem lembrada” entre nós, 1953-2016. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 55, 2017. DOI: 10.9771/aa.v0i55.24316. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24316.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

Pinto, Céli R.M., Moritz, Maria L., & Schulz, Rosangela. M. (2013). O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (10), 195–223. Consulté à l’adresse https://www.periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2057

RIOS, Flávia. **O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010)**. Lua Nova, São Paulo, 85: 41-79, 2012.

RIOS, Flávia **Elite negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado.** 2014. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. **Cienc. Cult.,São Paulo** , v. 69,n. 1,p. 39- 44,Mar.2017 .

RIO GRANDE DO SUL. Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. 6.ed.Versão ebook. 2020.

RODRIGUES, Cristiano**;** FREITAS, Viviane Gonçalves de**. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional.** Revista Brasileira de Ciência Política, 34: 1-54, 2021.

RODRIGUES, Cristiano; ABREU, Mariana Sales de. **"MARIELLE VIROU SEMENTE": a eleição de Áurea Carolina e Talíria Petrone como resistência às violências sofridas por corpos de mulheres negras**. Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. 1-22, Universidade de Brasília, 2019. Disponível Em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5_Rodrigues_Abreu.pdf

SANTOS, Natália Neris da Silva. A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos. 205 f.Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SCOTT, Joan W. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica." Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SILVA, Anielle Francisco da. Insituto Marielle Franco: escrevivências, memória e o legado de Marielle Franco. 121f. Dissertação (Mestrado). Progrma de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021.

SILVA, Fernanda Oliveira. As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira brasil-uruguai no pós-abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 278p., 2017.

SILVA, Paulo Sérgio. **Mediação social e políticas públicas nas comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul**. In:RS negro [recurso eletrônico]: cartografias sobre a produção do conhecimento / organizadores Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 352 p.

SILVA, Vanessa Rodrigues da. “Por diferentes caminhos chegamos ao movimento de mulheres negras”: trajetórias e ativistas negras da década de 1980 no Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 54 p., 2018.

SOUZA, Renata. Feminicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielle. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, *6*(2), 119–133. 2020.

WERNECK, Jurema. **O Samba Segundo as Ialodês: mulheres negras e cultura midiática.** Tese (Doutorado em Comunicação Social,Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, UFRJ.

VALE, Maísa Maria. Mulheres Negras na Política: Trajetória social e política de mulheres negras às eleições municipais de Salvador (2008 – 2012). 2014. 185f. – Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos. Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos). Universidade Federal da Bahia.

YOUNG, Iris M. Representação Política, Identidade E Minorias. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, *2006*.

SITES:

Agenda Marielle Franco. Candidaturas. Disponível em: https://www.agendamarielle.com/

Assembleia Legislativa Estado do Rio Grande do Sul. Bruna Rodrigues. Disponível em: https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/329601

Assembleia Legislativa Estado do Rio Grande do Sul. Laura Sito. Disponível em: https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/329591

Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Estela Balardin. Disponível em: http://www.camaracaxias.rs.gov.br/vereador/index/90

Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Projetos de Lei. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos

Câmara dos Deputados. Biografia do Deputado Federal. Denise Pessoa. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/220553

Câmara dos Deputados. Biografia do Deputado Federal. Daiana Santos. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/220555/biografia

Ebook Marcha Nacional das Mulheres Negras (2015). Disponível em: http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf

Mulheres Negras Decidem. Por que votar em mulheres negras : Disponível em: https://mulheresnegrasdecidem.org/balanco-dos-mandatos-das-parlamentares-negras/

Site Karen Santos. Disponível em: https://karenalicerce.com.br/quem-e-karen-santos/

Site Laura Sito. Disponível em: https://laurasito.com.br/